

Fundação Universidade Federal do Tocantins  
Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa  
Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente

**Mulheres de Fibra:**

As Estratégias das Quebradeiras de Coco no Tocantins como um  
Marco Empírico para o Desenvolvimento Sustentável

**Luciene de Oliveira Dias**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fundação Universidade Federal do Tocantins  
Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa  
Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente

### **Mulheres de Fibra:**

As Estratégias das Quebradeiras de Coco no Tocantins como um  
Marco Empírico para o Desenvolvimento Sustentável

**Luciene de Oliveira Dias**

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Martins Barbiero

Co-orientador: Prof. Dr. Odair Giralдин

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em  
Ciências do Ambiente da Fundação Universidade Federal do  
Tocantins como requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Ciências do Ambiente.

Linha de Pesquisa:

Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Palmas – TO

2005

Fundação Universidade Federal do Tocantins  
Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa  
Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente

**Mulheres de Fibra:**

As Estratégias das Quebradeira de Coco no Tocantins como um  
Marco Empírico para o Desenvolvimento Sustentável

Luciene de Oliveira Dias

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Alan Kardec Martins Barbiero, UFT (orientador)

---

Prof. Dr. José Ramiro Lamadrid Maron, UFT

---

Prof. Dr. Stephen Grant Baines, UnB

---

Prof. Dr. Waldecy Rodrigues, UFT (suplente)

Local e data de aprovação: Palmas - TO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

Às Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio  
Ao meu companheiro Manoel Rodrigues  
Ao pequeno João

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente da Fundação Universidade Federal do Tocantins, na figura de seus professores que contribuíram sobremaneira no processo interminável de busca por um olhar transdisciplinar. Destaco gratidão especial ao professor Dr. Odair Giralдин, pelo empenho espontâneo em manter vivo o motivador da dissertação, o exercício da hermenêutica, e por todas as vezes que me ouviu pacientemente, leu e releu meus escritos, contribuindo, assim, para que o caminhar se tornasse mais ameno. Agradeço também ao professor Dr. Alan Barbiero que, apesar da sobrecarga em acumular as atividades da docência e da reitoria, não deixou de orientar a pesquisa e soube pontuar de forma decisiva os passos mais importantes do trabalho.

Os professores convidados para a banca, Dr. José Ramiro Lamadrid Maron, da UFT, e Dr. Stephen Grant Baines, da UnB, merecem gratidão tanto pelo esforço em avaliar a presente pesquisa, quanto por estarem especialmente contribuindo para a consolidação do nosso curso de mestrado. Esta dissertação foi possível ainda graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa, um estímulo que possibilitou as viagens, hospedagens e aquisição de material de estudo.

O sentimento de gratidão se estende a todas as Quebradeiras de Coco do extremo norte do estado do Tocantins que, mesmo estando profundamente absorvidas pelo cotidiano da atividade extrativista e do movimento organizado, jamais deixaram de atender as minhas solicitações. Sinto-me especialmente grata a Raimunda Gomes da Silva, que me apresentou um outro Bico do Papagaio e uma outra forma de perceber a interação entre ambiente, organização popular e política. Sem muitos questionamentos, mas com interesse explícito em contribuir para a realização de pesquisas sobre o trabalho das mulheres do Bico do Papagaio, me recebeu em sua casa, no Projeto de Assentamento Sete Barracas e me deu algumas diretrizes fundamentais para entrar em contato com outras Quebradeiras de Coco. Agradecimento também especial dirijo a Maria Senhora Carvalho da Silva, que mostrou ser plenamente possível exercer a força “sem perder a ternura jamais”. A outras tantas que não poderia aqui listar os nomes, devido a sua extensão, manifesto meu muito obrigada. Todas elas, sem exceção, foram solidárias comigo, oferecendo tratamento especial em função dos meus cinco meses de gestação, durante o trabalho de campo.

Também destaco o apoio fraternal de Luciana de Oliveira que, trilhando os mesmos caminhos, embora em terras não tão próximas, esteve sempre de prontidão para ouvir minhas

opiniões, dúvidas e considerações. Pela liberdade que tive, durante estes dois anos, de confidenciar minhas alegrias e tristezas, dúvidas e certezas contidas, seu apoio foi fundamental. Agradeço ainda o estímulo, o companheirismo, o carinho e a paciência ofertados por Manoel Rodrigues. Companheiro de todas as horas, contribuiu espontaneamente e de todas as formas possíveis para que este trabalho pudesse ser realizado. Juntos, acredito que estamos “criando, sem pedir licença, um mundo de liberdade”, como diria Pedro Terra.

*“Nós somos meio ambiente. Somos seres humanos,  
mas somos natureza também e temos que nos cuidar,  
nos preservar.”*

(Raimunda Gomes da Silva - Quebradeira de Coco)

## **Resumo**

### **Mulheres de Fibra:**

As Estratégias das Quebradeiras de Coco no Tocantins como um Marco Empírico para o Desenvolvimento Sustentável

Estrategicamente organizadas desde o início da década de 1990, as mulheres Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, extremo norte do estado do Tocantins, adotam desde que chegaram à região, a maioria migrada do Maranhão, o uso comum dos babaçuais sem comprometer sua resiliência e com o aproveitamento integral do babaçu. Um dos objetivos centrais da pesquisa é interpretar esta forma de lidar com a natureza à luz do desenvolvimento sustentável, construção teórica que ainda carece de referenciais empíricos e que se mantém, de acordo com Sachs (2002), a partir do tripé da viabilidade econômica, equidade social e preservação ambiental. Segundo Little (2002), uma análise crítica evidencia, contudo, que os programas de desenvolvimento marginalizam e desqualificam os saberes e técnicas dos povos locais. Para a presente abordagem, foram utilizadas entrevistas, pesquisa documental, observação participante, história de vida e pesquisa bibliográfica. A interpretação resultou em considerações de que os saberes e técnicas das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio são permeados pela recodificação de conceitos alijados pelo pensamento desenvolvimentista e pela reconstrução de uma identidade e de uma categoria marcadas pela valorização do saber local. Recodificar estes saberes, a partir das etnociências, pode ser um caminho viável nas pesquisas sobre a sustentabilidade socioambiental, política, econômica e cultural.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Quebradeiras de Coco; Meio Ambiente.

## **Abstract**

### **Strength women:**

The Strategies of the Coconut Breakers in Tocantins as an Empirical Evidence for the Sustainable Development.

Strategically organized since the beginning of the 1990 decade, the Coconut Breaker women from “Bico do Papagaio”, extreme north from of Tocantins State, adopt the joint use of the babaçu forests without compromising its resilience and with the integral exploitation of babaçu coconut, since they had arrived the region, most of them from Maranhão State. One of the central objectives of the research is to interpret their way to deal with nature in accordance with the theory of sustainable development, a theoretical construction that still needs empirical evidence and is based, in accordance with Sachs (2002), in the economic viability, social fairness and environment preservation. However, according to Little (2002), a critical analysis evidences that the development programs exclude the knowledge and techniques of local people. The present approach is based in interviews, documents research, observation with comments, history of life and bibliographical research. The interpretation is that the knowledge and techniques of the Coconut Breakers from “Bico do Papagaio” are characterized by the new codification of concepts rejected by the “desenvolvimentista” thought and the reconstruction of an identity and a category marked by the valuation of local knowledge. To codify these knowledge again, based in sciences that deal with ethnicity, can be a viable way to conquer sustainable society, environment, politics, economy and culture.

Key words: Sustainable Development; Coconut Breakers; Environment.

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Lista de abreviaturas e siglas .....                             | 10 |
| <br>   |    |
| INTRODUÇÃO .....   | 12 |
| Delimitação do Tema .....  | 12 |
| Aspectos Metodológicos .....                                     | 15 |
| Organização do Trabalho .....                                    | 18 |
| <br>   |    |
| 1. O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO .....                           | 20 |
| <br>   |    |
| 2. COMPONENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS DO BABAÇU .....              | 27 |
| 2.1 Proliferação espontânea .....                                | 27 |
| 2.2 Resiliência: o feitiço contra o feiticeiro .....             | 31 |
| 2.3 Uso e potencialidades .....                                  | 34 |
| 2.4 Localizando o Bico do Papagaio .....                         | 37 |
| <br>   |    |
| 3. UMA RELAÇÃO DE RECIPROCIDADE E INTERDEPENDÊNCIA .....         | 43 |
| 3.1 ASMUBIP: o início da organização .....                       | 43 |
| 3.2 Generalizando o localismo das reivindicações .....           | 50 |
| 3.3 Babaçu Livre: libertar o coco é libertar vidas .....         | 54 |
| 3.4 Resex: alteração concreta na estrutura social .....          | 58 |
| 3.5 Gênero e suas interseções .....                              | 61 |
| <br>   |    |
| 4. BABAÇUAIS: CONCEITO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO .....              | 65 |
| 4.1 A ecologização do cotidiano .....                            | 65 |
| 4.2 Etnodesenvolvimento e diversidade cultural .....             | 69 |
| 4.3 Do local ao global: a contextualização do conhecimento ..... | 73 |
| <br>   |    |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                       | 76 |
| <br>   |    |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                 | 81 |
| <br>   |    |
| ANEXOS .....   | 84 |

### **Lista de abreviaturas e siglas**

**AMB – Associação das Mulheres de Buriti do Tocantins**

AMTR – Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais

ASMUBIP – Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio

ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

CASB – Clube Agrícola Sete Barracas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

COPPALJ – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EIQCB – Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

**FETAET – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins**

GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Projeto de Assentamento

PT – Partido dos Trabalhadores

RESEX – Reserva Extrativista

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TOBASA – Tocantins Bioindustrial de Babaçu S/A

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins

## INTRODUÇÃO

### Delimitação do Tema

Neste estudo, as estratégias de organização das mulheres Quebradeiras de Coco do extremo norte do estado do Tocantins, região conhecida como Bico do Papagaio, bem como a tentativa de lançar um olhar sobre sua relação com o quadro socioambiental da região estiveram pautadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável que, para Sachs (2002), está alicerçado por alguns pressupostos que conduziriam ao desenvolvimento socioeconômico. Estes pressupostos são a satisfação das necessidades básicas do ser humano, a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e sincrônica com as gerações atuais, a participação da população envolvida nas atividades econômicas e a preservação dos recursos naturais. Para esta trajetória do estudo foram necessárias abordagens alternativas ao desenvolvimentismo<sup>1</sup>. O norteador desta orientação foi Stavenhagen (1985) para quem um “desenvolvimento alternativo” deve ter características como ações estratégicas voltadas para as necessidades básicas – desde que estabelecido como e por quem serão definidas - ; busca por uma visão interna ou endógena; uso e aproveitamento das tradições culturais existentes; respeito ao meio ambiente; uso dos recursos locais, sejam eles naturais, técnicos ou humanos e desenvolvimento participante, orientado para as bases.

A história do nicho ecológico<sup>2</sup> do babaçu, incidente nos estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Piauí (ALMEIDA, 1995, p. 18), é também a história de cerca de 3 mil mulheres do Bico do Papagaio, segundo números fornecidos pela ASMUBIP. De acordo com recorte no ANEXO A, a região envolve 12 municípios, sendo Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo.

As Quebradeiras de Coco da região do Bico do Papagaio estão organizadas política, social e economicamente desde o início da década de 1990. Contudo, desde um primeiro olhar sobre a maneira como se organizam é possível inferir que aquelas mulheres agem de forma a

---

<sup>1</sup> Entre 1956 e 1961, o então presidente Juscelino Kubitschek adotou no Brasil a ideologia do desenvolvimentismo, que aspirava o crescimento econômico e a rápida elevação dos padrões de infra-estrutura do Brasil.

<sup>2</sup> Embora a noção de nicho ecológico seja hoje tratada por especialistas como mais atual e abrangente que a de ecossistema, no presente trabalho as duas noções são usadas para designar uma área com as mesmas especificidades socioeconômicas e ambientais.

permitir o uso comum dos recursos naturais<sup>3</sup> disponíveis na região sem comprometer a sua resiliência<sup>4</sup>. Mais que o uso comum dos babaçuais, elas construíram sua identidade, criando uma categoria própria, a das Quebradeiras de Coco, que reivindica igualdade de oportunidade, respeito à capacidade produtiva do ecossistema e viabilidade econômica para a atividade da coleta e quebra do coco babaçu. Sendo estes os três pilares básicos do desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido por Ignacy Sachs (2002), a presente abordagem debruça um olhar sobre as estratégias de organização das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio com o objetivo de compreender a aplicabilidade da noção de desenvolvimento sustentável à prática cotidiana da quebra do coco babaçu, que acarreta uma forma específica de organização.

A pesquisa lança um olhar sobre a organização das Quebradeiras de Coco a partir da atividade extrativa do babaçu e discute a importância da criação das Reservas Extrativistas e da Lei do Babaçu Livre como instrumentos de acesso ao ecossistema, sem depredá-lo. Além deste empenho, ainda é feita uma interpretação das estratégias daquelas mulheres diante da investida de fábricas de palmito na região e da atitude dos grandes proprietários de terras que vêm de forma enviesada a entrada das mulheres em suas propriedades. Este exercício busca uma associação com o compromisso intergeracional e interespecífico, colocado pela CMMAD (1991), e uma aproximação com os conceitos de desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento local.

Os problemas particulares somente podem ser posicionados e pensados em seus contextos ou, como diz Bourdieu (1998, p. 61), ao *habitus*, definido por este pensador como o conhecimento adquirido a partir de uma ação ampla capaz de criar identidades e novas categorias. Abordar uma questão particular, a exemplo das estratégias de organização das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, requer uma contextualização possível a partir da compreensão de que aquelas mulheres são produtoras de conhecimento. Se para Sachs (2002) é necessário recodificar este conhecimento, a partir das etnociências, para se chegar ao desenvolvimento sustentável, consideramos que esta recodificação somente é possível a partir do local de fala do pesquisador. Isso porque, como abordado por Kosik (2002), as Quebradeiras de Coco não mantêm uma ação previamente pensada visando o

---

<sup>3</sup> Recursos naturais podem ser compreendidos como os vegetais, neste caso o babaçu, mas também os minerais, os recursos hídricos e o ar.

<sup>4</sup> O termo resiliência, do ponto de vista da Física, significa ‘a qualidade de resistência de um material ao choque, à tensão, à pressão, a qual lhe permite voltar, sempre que é forçado ou violentado, à sua forma ou posição inicial (PINHEIRO, 2004, p. 69). A expressão vem sendo usada com cada vez mais frequência nos estudos ambientais para designar a capacidade de regeneração dos recursos naturais.

desenvolvimento sustentável, mas adotam formas de organização que resultam no que pode ser considerado um passo para se alcançar algumas características da sustentabilidade.

As estratégias de organização das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio seriam um marco empírico para o desenvolvimento sustentável? Esta foi a questão norteadora que lançou o projeto da dissertação, conduziu o trabalho de campo realizado em março de 2004, foi a guia das conversas e entrevistas feitas durante todo o ano de 2004 em encontros e reuniões de associações, sindicatos e federação de trabalhadores rurais, permeou todas as leituras buscadas e resultou na presente abordagem. Para saber se a ação concreta da comunidade extrativista das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio carrega o princípio da sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental foram considerados os três requisitos básicos que devem ser atendidos, quais sejam a relevância social, a prudência ecológica e a viabilidade econômica (SACHS, 2002), mas também não foi possível deixar de lado a “autonomia cultural” que deve operar nos planos político, econômico e simbólico (LITTLE, 2002). Dessa forma, o presente trabalho não esgota a questão, mas aponta uma possibilidade de abordagem, que considera que as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio desenvolveram estratégias de organização que têm lhes possibilitado a sustentabilidade política, econômica, social, cultural e ambiental.

## Aspectos Metodológicos

Ao lançar olhar sobre os processos de uso dos recursos naturais pela comunidade extrativista das Quebradeiras de Coco do Tocantins em ecossistemas complexos, como é o caso do babaçu que prolifera entre Florestas Tropicais e Cerrados, foi fundamental considerar a diversidade de grupos que lidam com o extrativismo e também a diversidade dos nichos ambientais. Sendo assim, convém repetir que a análise apresentada, destacando que a hermenêutica é um caminhar por uma estrada repleta de minas, não dá conta de uma resposta definitiva para a hipótese de que as estratégias de organização das Quebradeiras de Coco seriam um marco empírico para o desenvolvimento sustentável, mas sinaliza uma possibilidade de abordagem. Outra questão norteadora da pesquisa foi o fato de que o “saber local”, corriqueiramente rejeitado pelas discussões sobre o desenvolvimento, deve ser considerado essencial na gestão dos recursos locais, sejam eles naturais, humanos, econômicos ou culturais.

O estudo de algumas estratégias de organização das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, como a recusa incisiva da instalação de fábricas de palmito de babaçu na região, por entender que para um único palmito é necessário sacrificar uma palmeira, o que acarretaria a devastação; ou ainda a criação de associações e cooperativas com o fito de discutir a Lei do Babaçu Livre e as Resex mantendo posição manifesta de apoio à criação destes instrumentos de acesso aos babaçuais, trouxe à luz a tranquilidade para se afirmar que esta forma de organização e mobilização pode significar um passo rumo à sustentabilidade.

Há que se destacar, neste ponto, que as teorias buscadas, o desenvolvimento sustentável e o etnodesenvolvimento local, não conseguem abarcar todas as especificidades locais. Quando afirmo que características do desenvolvimento sustentável estão sendo contempladas pela ação cotidiana das Quebradeiras de Coco do Tocantins, tenho a noção exata de que aquelas mulheres buscam manter-se e manterem os babaçuais a partir do *habitus*, a partir da adoção de ações endógenas, e não a partir de uma teoria externa. Assim, o que é sustentável para aquele grupo pode não o ser para outros. Em grau mais ou menos intenso todas as características apontadas por Stavenhagen (1985) para um possível “desenvolvimento alternativo” foram identificadas durante o trabalho de campo.

Além da pesquisa bibliográfica, o instrumental metodológico utilizou-se de entrevistas com Quebradeiras de Coco dentro e fora do seu ambiente de trabalho e de socialização, ex-

Quebradeiras de Coco, representantes de Câmaras Municipais, moradores do Bico do Papagaio, líderes sindicais e representantes de ONG's. Também foi feita pesquisa documental nas sedes de associações, como o manuseio de atas na sede da ASMUBIP, em São Miguel do Tocantins, o que possibilitou um apanhado sobre a constituição da organização política. A busca por documentação que retratasse a organização das Quebradeiras de Coco se estendeu ao Poder Legislativo estadual, que não tem projetos ou requerimentos consistentes acerca do assunto, e municipais, sendo que foi por esta via que foram descobertos o projeto de lei que adota a Lei do Babaçu Livre no município de Buriti do Tocantins e também a tramitação, desde 2003, do projeto de autoria do MIQCB para a adoção da mesma lei em São Miguel do Tocantins.

A observação participante também compôs o instrumental metodológico da pesquisa. Uma das reuniões mais marcantes foi a realizada pela comunidade local sobre a criação da Resex do Extremo Norte, realizada no dia 21 de março no Centro dos Firminos. A presença de Quebradeiras de Coco nesta reunião mostrou-se decisiva no encaminhamento final, o que deixou evidente, do ponto de vista do observador, que aquelas mulheres têm consciência de que a maior riqueza da Reserva está nos babaçuais e no potencial que a comunidade local tem para preservá-los. Já as saídas para acompanhar a quebra do coco, realizadas no PA Sete Barracas, possibilitaram a percepção do quanto é árdua a tarefa e como as mulheres se dedicam a fazer do momento uma oportunidade para a socialização, as discussões e a festa.

A história de vida feita com Raimunda Gomes da Silva e Maria Senhora Carvalho da Silva, duas lideranças incontestáveis da organização das Quebradeiras de Coco no Tocantins, foi muito importante para que pudesse vir à luz a percepção de que todas elas têm consciência da dificuldade do trabalho, mas mantém uma relação de troca com os babaçuais, a quem consideram responsáveis pela vida da região. “Imagine você fazer 18 barragens no rio, fazer uma plantação só de soja no Estado inteiro? Eu nem num gosto de ficar falando sobre isso porque a gente tem filho, tem neto e tem que ter esperança”, foi o que disse Raimunda Gomes da Silva depois de contar, por cerca de quatro horas seguidas, uma trajetória pessoal sofrida, de retirada do Maranhão rumo ao então norte goiano e sempre vivendo da quebra do coco babaçu. Contando sua história, Maria Senhora falou da história do Bico do Papagaio. Ela chegou na região em 1974 e conta: “Chegamos aqui e tudo é terra devoluta. Aí ficamos trabalhando, todo esse povo, fez um povoado só de gente do Maranhão. Todo mundo era coco babaçu e roça, coco babaçu e roça. Aí formou o povoado que hoje é a Vila União.”.

Para este trabalho, foi realizada incursão na região no mês de março de 2004. Também foram feitos contatos pessoais em ambientes diversos, durante toda a pesquisa, com as Quebradeiras de Coco, lideranças ou não do movimento organizado. Estes contatos, especialmente os feitos durante a estada no Bico do Papagaio, permitiram concordar com Geertz (1997, p. 11) quando este afirma que “aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo”. Para chegar a esta conclusão e realizar um trabalho orientado pela hermenêutica, tive que lançar mão do olhar etnográfico, para quem “as formas do saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros” (GEERTZ, 1997, p. 11).

## Organização do Trabalho

A dissertação foi dividida em quatro partes e as considerações finais. Na primeira parte faço uma discussão sobre o problema do desenvolvimento, que possui adjetivações a exemplo do desenvolvimento sustentável, com o risco de ser este conceito mais uma metanarrativa que não é capaz de dar conta da *praxis* cotidiana dos grupos locais. A discussão afunila para o fato de que desenvolvimento e meio ambiente devem denotar fenômenos interdependentes e que a sustentabilidade é possível desde que consiga abarcar as dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Buscando inserir toda esta discussão no campo específico da pesquisa apresento, na sequência, uma caracterização do babaçu, mostrando o que é a palmeira, qual a sua capacidade de regeneração e adaptabilidade ao meio, bem como seu uso e potencialidades, fechando com uma exposição das características físicas e sociais que renderam à região do Bico do Papagaio peculiaridades que resultaram em estratégias específicas de organização em torno dos babaçuais.

A terceira parte é dedicada às relações humanas e interespecíficas nos babaçuais, estrategicamente adotadas pelas Quebradeiras de Coco do Tocantins. Aqui, a ASMUBIP é considerada a primeira expressão concreta da organização das mulheres extrativistas do Bico do Papagaio, onde reivindicações localizadas acabaram por aglutinar interesses específicos de grupos sociais diferenciados. Também neste terceiro capítulo são abordadas a Lei do Babaçu Livre e a criação de Reservas Extrativistas, como alternativas para se estabelecer o livre acesso aos babaçuais, e também as relações de gênero no contexto da organização das Quebradeiras de Coco.

No quarto capítulo do trabalho, chamo a atenção para o fato de os babaçuais serem um conceito socialmente construído, uma vez que as mulheres Quebradeiras de Coco produziram um cotidiano marcado por uma cultura ecológizada, que valoriza a diversidade e insere questões ambientais em todas as tomadas de decisão, desde a mais simples como a saída para o campo para a quebra do coco, até a mais elaborada, como a organização estratégica em associações, sindicatos e grupos populares. Para se chegar a esta cultura ecológizada, as Quebradeiras de Coco vêm pautando suas ações pela contextualização do conhecimento, considerando as especificidades locais e conduzindo o movimento a conquistas globais.

A divisão do presente trabalho é meramente didática, com o objetivo de facilitar o olhar sobre um tema multidisciplinar, transversal e multidimensional. Para que não houvesse inadequação entre o tema polivalente e a fragmentação dos saberes, buscou-se, nesta abordagem, cotejar a transversalidade exigida em todo estudo sobre o ambiente, considerando a noção de ecossistema, conforme colocada por Morin (2003, p. 27), significando que “o conjunto das interações entre populações vivas no seio de uma determinada unidade geofísica constitui uma unidade complexa de caráter organizador”. Assim, o ecossistema do babaçu é estudado como um conjunto integrado de seres humanos e não-humanos que gera uma realidade constituída por relações que podem conduzir ao desenvolvimento sustentável.

## 1. O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO

As estratégias de organização das Quebradeiras de Coco babaçu no Tocantins seriam um marco empírico para a conquista do desenvolvimento sustentável? Para se chegar a uma resposta é fundamental a discussão sobre esta noção que vem ganhando corpo desde a década de 1970. Esta qualificação do desenvolvimento como sustentável tem suas razões fincadas no reconhecimento da necessidade de se negar e superar a noção de desenvolvimento, profundamente associada com o processo de industrialização. A expressão vincula estreitamente a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente, o que possibilitaria “crescer sem destruir”, como coloca Veiga (2005, p. 189). O autor faz uma recapitulação do conceito de desenvolvimento e mostra que não basta dizer que há uma “insuficiência” desta noção, mas sim a necessidade de negação e superação e tratar o desenvolvimento sustentável como uma utopia<sup>5</sup> da sociedade moderna.

Segundo Ignacy Sachs (2002, p. 73), o desenvolvimento sustentável requer “o planejamento local e participativo” de autoridades, comunidades e associações. Direcionando o foco para a organização das Quebradeiras de Coco, pode-se afirmar que este planejamento conduz o movimento organizado à condição de agente de transformação. Como as atitudes do grupo social em questão não são previamente pensadas, mas sim frutos de uma prática que conduz às transformações, há que se considerar o que Edgar Morin diz sobre o conhecimento objetivo:

O conhecimento não é um espelho, uma fotografia da realidade. O conhecimento é sempre tradução e reconstrução do mundo exterior e permite um ponto de vista crítico sobre o próprio conhecimento. (...) integrar qualquer conhecimento é uma necessidade epistemológica fundamental. (MORIN, 2000, p. 53).

Dessa forma, planejar, pensar criticamente o conhecimento, compete não só ao movimento organizado, mas também às autoridades e à comunidade científica. Sachs (2002, p. 30) defende que a sobrevivência de comunidades humanas a partir dos ecossistemas naturais passa necessariamente pela transformação do “conhecimento dos povos dos ecossistemas”, sendo esta transformação o pontapé inicial para a “invenção de uma moderna civilização de biomassa, posicionada em ponto completamente diferente da espiral de conhecimento e do progresso da humanidade”. O autor vai além e diz ainda que o estudo da biodiversidade deve extrapolar a um inventário de espécies e gêneros tanto porque o conceito

---

<sup>5</sup> Emprega-se aqui o termo utopia em seu sentido filosófico contemporâneo, ou seja, a visão de futuro sobre a qual uma civilização cria seus projetos, fundamentando seus objetivos, ideais e suas esperanças.

de biodiversidade envolve também os ecossistemas e as paisagens, quanto porque “a biodiversidade e a diversidade cultural estão entrelaçadas no processo histórico de co-evolução”, evidenciando aí a importância da interdisciplinaridade.

Já o antropólogo Paul E. Little (2002) relembra críticas às chamadas “metanarrativas”, que pretendiam, até por volta da década de 1980, orientar e aglutinar as diversas sociedades do mundo. Essa proposta aglutinadora é facilmente perceptível no conceito de desenvolvimento sustentável defendido por Sachs. Mas a maioria dos antropólogos, segundo Little, faz o contraponto trabalhando com o conceito de desenvolvimento local para documentar etnograficamente as distintas maneiras com que o conceito de desenvolvimento é concebido, operacionalizado ou apropriado pelas distintas sociedades. Assim, transitando no campo da etnociência, estes mesmos antropólogos questionam, a partir de um piso empírico sólido, o discurso universalista do desenvolvimento e da modernização. Little aprofunda mais sua análise e diz:

Daí, temos a tarefa de entender, desde uma perspectiva local, o que Sahlins (1997) chama de ‘indigenização da modernização’ na qual a ‘tradição’ é entendida como um processo de constante transformação. Longe de rejeitar *tout court* o desenvolvimento (mesmo ocidental, hegemônico e modernizador), temos que relativizar sua incorporação diferenciada por parte dos grupos locais. (LITTLE, 2002, p. 6).

Para Vieira (2001), “desenvolvimento” e “meio ambiente” denotam fenômenos interdependentes. Ele opta pelo conceito de desenvolvimento sob inspiração de Ignacy Sachs, defende o aporte sistêmico deste paradigma e evidencia inter-relações no processo de organização social que podem ser interpretadas a partir do estudo das estratégias de organização das Quebradeiras de Coco. Para Vieira:

A importância concedida à ação transformadora de grupos sociais dinâmicos corresponde, neste caso, a uma visão não determinista desse tipo de sistema e ao reconhecimento da importância das variáveis sociopolíticas e culturais sobre sua dinâmica evolutiva. (VIEIRA, 2001, p. 52).

Almeida (2001), no levantamento preliminar de dados sobre a economia do babaçu, chamou de “processo de acampesamento” o fenômeno em que famílias de pequenas cidades dos estados do Tocantins e do Maranhão se deslocam para os babaçuais tendo neles o elemento essencial de organização social, política, econômica e cultural. Essa percepção do extrativismo do babaçu como fonte de renda e vida familiar conduziria a uma relação característica do desenvolvimento sustentável que busca satisfazer as necessidades das gerações contemporâneas sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das

gerações futuras. O cuidado com esta relação favorece o diferencial da ação humana que conduz à preservação dos babaquais.

Sachs (1993, p. 15) argumenta que “os processos de modernização de cima para baixo têm produzido, freqüentemente, graves desequilíbrios socioambientais” e faz o contraponto afirmando que “os sistemas de gestão de recursos e meio ambiente baseados na comunidade provam a sua eficiência e merecem ser protegidos e fortalecidos”. O marco conceitual do desenvolvimento sustentável, discutido por diversas organizações durante as conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento, considera, simultaneamente, cinco dimensões de sustentabilidade: a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural. Para se conseguir romper as barreiras conceituais e partir para a ação, Sachs (1993) prevê a inclusão do envolvimento e participação ativa da população rural, com o fortalecimento dos grupos locais; a descentralização das decisões e da capacidade de gestão; o estabelecimento de direitos e obrigações legais com respeito ao uso da terra e dos recursos naturais; e o investimento na reabilitação e conservação dos recursos naturais.

As estratégias de organização das Quebradeiras de Coco podem ser interpretadas como uma dinâmica de gestão ambiental baseada na autonomia daquelas populações, lembrando Little (2002), para quem a autonomia cultural, para funcionar como um verdadeiro subsídio para o etnodesenvolvimento, teria que operar pelo menos nos planos político, econômico e simbólico. Para conseguir uma abordagem mais holística, o conceito de ambiente utilizado extrapola ao de ecologia e envolve a complexidade do mundo. Como defende Leff (2001, p. 17), o ambiente “é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento”, sendo que “o desenvolvimento do conhecimento teórico acompanhou seus saberes práticos” (LEFF, 2001, p. 21).

A abrangência da noção de desenvolvimento e as diversas mudanças nas formas de reprodução da vida política, econômica, social e cultural têm conduzido a sucessivas reformulações deste conceito. Estas reformulações acabam expressando-se em adjetivações que nada mais são do que reformas que adaptam a noção às novas ordens social, política ou econômica. Assim, há noções de “desenvolvimento industrial, capitalista, socialista, para dentro, para fora, comunitário, desigual e combinado, dependente, e, no presente, auto-sustentado ou simplesmente sustentável” (RIBEIRO, 1992, p. 61). Para justificar a noção adjetivada são criados os indicadores “objetivos” que, na verdade, medem a performance do

desenvolvimento a partir do congelamento da realidade, que é invariavelmente múltipla e dinâmica, e do escamoteamento das diferenças entre ricos e pobres, o que torna menos visível a desigualdade.

Para o presente trabalho interessa-nos a noção de desenvolvimento sustentável, que passou a ter projeção a partir do discurso do ambientalismo, segundo o qual existe uma “relação intensa e circular entre meio ambiente e desenvolvimento” (SACHS, 1993, p. 11). Esta noção vem sendo “analisada” desde o Encontro de Founex, em junho de 1971, preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972. Em sua obra, Sachs (1993, p. 17) defende que “a verdadeira escolha não é entre desenvolvimento e meio ambiente, mas entre formas de desenvolvimento sensíveis ou insensíveis à questão ambiental”. Convém lembrar que ambientalismo e pós-modernismo foram os dois discursos que ganharam espaço após o enfraquecimento do marxismo e do socialismo real, notadamente nos últimos anos da década de 1980 e primeiros anos de 1990. Como o elemento central da arquitetura interpretativa do ambientalismo é o futuro, em função da visão apocalíptica a que estamos condenados, o que se vê é uma corrida desvairada para salvar o mundo, atribuindo aos seres humanos este potencial. A quebra desta visão antropocêntrica, que tem o ser humano como referencial único capaz de salvar ou destruir o universo, pode significar um passo importante para a compreensão da relação interdependente entre seres humanos e meio ambiente.

Interdependência esta capaz de provocar uma mudança na hierarquia funcional estabelecida pela noção de desenvolvimento, que sugere um caminho linear condutor da condição de subdesenvolvidos para desenvolvidos, de atrasados para avançados, de pobres para ricos. Esta hierarquia funcional passa a ser menos explícita com o desenvolvimento sustentável. É como se afunilasse o universo conceitual, sendo que agora é possível dentro de um mesmo nível hierárquico, considerando-se a noção de desenvolvimento, a observação de formas sustentáveis e não-sustentáveis de desenvolvimento. A ideologia do progresso, que percebe os movimentos sociais como lineares e automáticos, é questionada e passa-se a um esforço para valorizar o chamado saber local que traz suas necessidades específicas e aponta soluções localizadas, mas que conduzem a uma conquista global. Para Geertz (1997, p. 249), o etnógrafo que se debruça sobre o saber local entrega-se “à tarefa artesanal de descobrir princípios gerais em fatos paroquiais”.

Contudo, ainda persiste a prisão ao conceito ideológico ou ideacional, como prefere Ribeiro (1992), de desenvolvimento. Esta vinculação das noções de desenvolvimento e crescimento econômico é perceptível tanto no discurso institucional neoliberal quanto no discurso de movimentos organizados. Neste ínterim, destaca-se que a noção de desenvolvimento sustentável começou a ganhar espaço somente após a década de 1980, sobretudo com o Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório de Brundtland, CMMAD (1987). Este Relatório foi entregue à Assembléia Geral da ONU em 31 de dezembro de 1987 e, mesmo não avançando em uma sistematização conceitual, o documento dá ênfase ao “desenvolvimento sustentável” popularizando, assim, a expressão.

Enquanto a busca pela definição do que seria o desenvolvimento sustentável tem se limitado mais a ONGs, organismos do governo, agências multilaterais e empresários, como coloca Ribeiro (1992, p. 74), o universo acadêmico tende a manter o olhar sobre conceitos como etnodesenvolvimento (STAVENHAGEN, 1985) e codesenvolvimento (SACHS, 1986), por apresentarem, segundo a academia, um maior nível de elaboração. Apesar da incipiente discussão acadêmica sobre o desenvolvimento sustentável, é possível verificar nos últimos anos um maior número de artigos científicos e *papers* que, mesmo mantida a prudência em lidar com o modismo, já representa uma abertura para a sistematização conceitual. Neste sentido e considerando questionamentos como: Que tipo de desenvolvimento queremos?, é que há a constatação histórica de que a economia de mercado, que compreende a noção de desenvolvimento como categoria universal, dificilmente propõe construções a partir da diversidade.

Para compreender as etapas do desenvolvimento sustentável como conceitualmente aplicáveis à realidade das Quebradeiras de Coco há que se considerar as várias nuances desta organização e até mesmo questionar se o mercado, o governo e as ONGs não estariam cristalizando a categoria das Quebradeiras de Coco. Esta cristalização pode impedir a percepção da diversidade cultural, social, biológica e econômica que existe na relação entre Quebradeiras de Coco e babaquais. Diversidade esta que nem sempre se harmoniza com a universalidade do conceito de desenvolvimento e suas adjetivações, entre elas o desenvolvimento sustentável. Ou seja, da mesma forma que em outras noções criadas exteriormente aos fatos cotidianos, aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável às estratégias de organização das Quebradeiras de Coco pode não resultar em uma boa adequação, mas sim a uma justaposição forçada.

As características do desenvolvimento sustentável consideradas aqui estão cotejadas por Ribeiro, para quem a principal delas é a utopia presente na idéia que se movimenta em parâmetros muito próximos aos do projeto iluminista. Estas características são:

Manipulação do futuro; suspensão de conflitos e correção de deficiências através da implementação de uma solução ótima; apelo à possibilidade de estabelecer uma etapa mais avançada do que a anterior, se determinado modelo for estabelecido e seguido; conceber a humanidade como uma só e com o mesmo destino universal (organizando-a sob um mesmo eixo temporal como ocorre com a idéia de progresso, destino, aqui, sendo uma categoria fundamental de futuro comum); recuperação de uma noção de totalidade centralizada na relação homem/natureza e na construção de uma visão holística da realidade; manutenção do planejamento como requisito fundamental, já que o desenvolvimento sustentável requer uma nova e complexa síntese de planejamento racional adequada às novas tecnologias e contratos sociais. (RIBEIRO, 1992, p. 86).

Estas características utópicas foram buscadas entre as formas de organização das Quebradeiras de Coco, mas não é possível afirmar categoricamente quais foram detectadas, até porque a organização e os conceitos são dinâmicos e, como defende Veiga (2005), o uso de indicadores deve ser cuidadoso sob o risco de não se respeitar as diversidades locais. Contudo, pode-se afirmar que aquele *habitus* traz em si princípios que podem ser interpretados como passos que conduziriam ao desenvolvimento sustentável. *Habitus* fruto das condições existentes, pois “se não houver um recurso ou uma combinação de recursos disponíveis, a comunidade sequer poderá se estabelecer naquele local” (VEIGA, 2005, p.58), e fundamento das instituições estabelecidas.

Por *habitus*, Bourdieu (1998) compreende a formação de consciências a partir de um engajamento social local, o que extrapola, de certa maneira, a noção de *praxis* defendida por Marx e pelos marxistas, que limita esta consciência a fatores político-organizativos. Aceitando-se como válida a noção de *habitus*, de Bourdieu, considero que as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio responsabilizaram-se, termo este que agencia ainda mais a ação daquelas mulheres, por suas vidas, sem a busca prévia de um aparato conceitual que definisse suas estratégias organizativas. Porém, no afã de encontrar conceituações, teóricos e pesquisadores contemporâneos tendem a tratar estas comunidades como “povos dos ecossistemas”, que detêm conhecimentos para a preservação da vida, jogando sobre os ombros destes povos a responsabilidade sobre a vida no planeta Terra.

Sachs defende a necessidade de se reconceitualizar “o desenvolvimento como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente” (SACHS, 2002, p. 60). Esta é mais uma adjetivação do conceito de desenvolvimento, um “metadiscurso” que propõe a solução ótima

de todos os problemas, mas que não encontra ainda uma aplicação prática. Sachs (2002) defende que os conhecimentos dos “povos dos ecossistemas” podem ser apropriados e “transformados” ou “elaborados” e contribuir para a manutenção da vida no planeta. Segundo o próprio pesquisador:

Nosso problema não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado, como um ponto de partida para a *invenção de uma moderna civilização de biomassa*, posicionada em ponto completamente diferente da espiral de conhecimento e do progresso da humanidade. (SACHS, 2002, p. 30).

Dessa forma, além de considerar o que é chamado de “conhecimento dos povos do ecossistema” como um conhecimento não elaborado e não codificado para a “*moderna civilização de biomassa*”, o discurso do desenvolvimento sustentável não consegue desvencilhar-se da fixação pelo crescimento econômico. Exemplo desta fixação pode ser encontrado nas primeiras elaborações desta noção expressas no Relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991) que, aliás, teve Sachs como um de seus colaboradores<sup>6</sup>. Deste documento, é possível depreender-se a instrumentalidade com que os recursos naturais são tratados com o fito de atender às necessidades humanas, sejam estes os humanos de hoje ou do futuro, o que evidencia a dificuldade de ruptura com a visão antropocêntrica e cartesiana dominante na relação ser humano *versus* recursos naturais.

Por fim, o estudo da organização das Quebradeiras de Coco no Tocantins como marco empírico para o desenvolvimento sustentável está alicerçado no fato de que os saberes e práticas desta comunidade extrativista possuem uma diversidade que deve ser considerada. Romper com a tendência à universalização conceitual significa aceitar que não é possível explorar todas as especificidades destas diversidades. Contudo, podemos, em um esforço acadêmico, lançar um olhar sobre este ecossistema, com destaque para o fato de que as características locais redundam em conceituações localizadas. Para isso, é importante que haja uma explanação inicial sobre os componentes bióticos e abióticos do babaçu e do Bico do Papagaio. Esta explanação pode ser vista a seguir.

---

<sup>6</sup> De acordo com prefácio do secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Maurice Strong, no livro *Estratégias de Transição para o Século XXI* (1993), Sachs foi membro do principal grupo que auxiliou no preparo das conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro e nos dois encontros preliminares sobre o meio ambiente e o desenvolvimento que precederam essas conferências – Founex, em 1971, e Haia, em 1992.

## 2. COMPONENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS DO BABAÇU

O babaçu prolifera abundantemente em toda a região do Bico do Papagaio. O presente capítulo tem por objetivo central possibilitar uma visualização deste ecossistema, base considerada fundamental para o estudo das estratégias de organização adotadas pelas Quebradeiras de Coco no extremo norte do estado do Tocantins. Quais as características do babaçu? Como se reproduz? Quais são suas principais áreas de incidência? São questões aqui exploradas. Também está exposta neste capítulo a resiliência dos babaçuais, os conflitos daí gerados e a capacidade das Quebradeiras de Coco se adaptarem a este potencial regenerativo. O uso múltiplo do babaçu como consequência da versatilidade das próprias Quebradeiras de Coco e a exposição sobre o Bico do Papagaio, principal região de incidência dos babaçuais no Tocantins, fornecem elementos fundamentais para que as discussões que se seguem possam ser acompanhadas. Enfim, conhecer minimamente os componentes bióticos, relativo aos organismos vivos e aos processos vitais, e abióticos, componente do ecossistema que não inclui seres vivos, do babaçu possibilita uma abordagem um pouco mais aproximada da transversalidade.

### 2.1 Proliferação espontânea

O babaçu é uma das espécies utilizadas pela indústria extrativa brasileira e, de acordo com Almeida (1995, p. 11), datam de 1911 as primeiras exportações regulares da amêndoa do babaçu. Oleaginosa, cientificamente chamada de *Orbignya phalerata* Martius, a palmeira cresce espontaneamente nas matas da região amazônica e tem valores comercial e industrial, sendo explorada tanto pelas grandes quanto pelas pequenas indústrias extrativas e pelo agroextrativismo familiar. Elas são nativas em baixadas quentes e úmidas e podem ser encontradas nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins (ALMEIDA, 1995, p. 18).

Ao contrário de outras espécies também usadas pelas indústrias, somente existem babaçuais nativos. Sua abundância e sua expansão, sobretudo a partir da destruição das florestas primárias, desestimulam as pesquisas para a implantação de babaçuais cultivados. Também conta ponto para o desinteresse por pesquisas a gradual substituição do óleo de babaçu por outros óleos vegetais, inclusive o de soja.

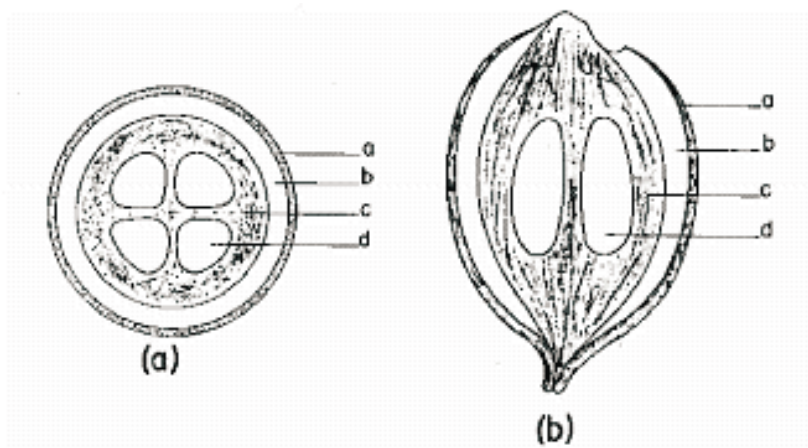
A palmeira do babaçu engloba oito espécies do Gênero *Orbignya* e quatro do *Attalea*, adaptando-se a diferentes tipos de solo. Os babaçuais compõem uma extensa área de transição entre a Floresta Amazônica e os ambientes de Cerrado e de Caatinga. Essa vegetação típica de florestas secundárias<sup>7</sup> ocorre também em outros países da América - México e Bolívia -, sendo que no Brasil elas recobrem cerca de 185 km<sup>2</sup>, segundo dados da publicação do CASB (2003, p. 4) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Este documento cita também a incidência de babaçuais no Estado de Minas Gerais, além dos referenciados acima.

De tronco cilíndrico e copa em formato de taça, a árvore alcança altura entre 15 e 20 metros, registrando uma safra que se estende de junho a janeiro, variando de acordo com as características da região de ocorrência, e a cada florada produz cerca de 500 frutos por planta. O desenvolvimento da palmeira depende das condições de luz, sendo que numa floresta fechada, precisa de sete anos para produzir a sua primeira folha dividida e de outros 47 anos para chegar à idade adulta. Em locais mais abertos, demora entre 10 e 20 anos para começar a produzir. Suas folhas arqueadas medem até 8 metros de comprimento e suas flores são creme-amareladas, aglomeradas em longos cachos, que podem chegar a 6 por palmeira e surgem entre janeiro e abril.

Os frutos são em formato oval alongado, de coloração castanha, que surgem de agosto a janeiro em cachos pêndulos. Cada fruto pesa entre 90 e 280 gramas e apresenta: epicarpo, constituído por uma camada externa bastante rijá; mesocarpo, com 0,5 a 1,0 cm de espessura, extremamente rico em amido; endocarpo, camada também muito rijá que mede entre 2 e 3 cm de espessura; amêndoas, geralmente de 3 a 5 por fruto, com 2,5 cm a 6 cm de comprimento e 1 cm a 2 cm de largura. Um esquema geral do fruto pode ser visto na figura a seguir:

Cortes  
**(a)** transversal e  
**(b)** longitudinal e  
 componentes:  
**a** – epicarpo,  
**b** – mesocarpo,  
**c** – endocarpo e  
**d** – amêndoa.

(TEIXEIRA, 2000).



<sup>7</sup> Aquela que cresce sobre uma área desmatada, o que significa para muitos pesquisadores que foram os desmatamentos periódicos com queimadas sucessivas os principais causadores do grande aumento dos babaçuais.

Em peso, os percentuais dos diferentes componentes do fruto do babaçu, bem como seus poderes caloríficos, podem ser vistos na tabela a seguir, elaborada pela Embrapa, em 1984, e reproduzida por Teixeira (2000). Este pesquisador ressalva a pequena quantidade de trabalhos publicados sobre o poder calorífico do babaçu e acrescenta que os valores disponíveis variam de região para região, de acordo com solo, clima, espécie e outros fatores. Não obstante o pequeno número de pesquisas, todas as Quebradeiras de Coco contactadas, sem exceção, destacaram a riqueza do babaçu. As palavras da Quebradeira de Coco do Maranhão, Dió, elucidam esta certeza: “A palmeira para nós é uma mãe, ela tem dado vida demais para nós aqui, o babaçu é nossa vida aqui, o coco...”.

*Participação percentual de cada componente no fruto e respectivos poderes caloríficos.*

| Componente   |   | Percentuais (%) | Poder Calorífico (kJ/kg) |
|--------------|---|-----------------|--------------------------|
| Epicarpo     | a | 11              | 18045,1                  |
| Mesocarpo    | b | 23              | 16202,9                  |
| Endocarpo    | c | 59              | 18840,6                  |
| Amêndoa      | d | 07              | -                        |
| <b>Total</b> |   | <b>100</b>      | <b>18094,2</b>           |

Fonte: (TEIXEIRA, 2000).

A amêndoa, que representa apenas 7% do peso total do fruto, é, contudo, a parte da planta que apresenta maiores aplicações econômicas, sendo rica em vitaminas B1 e B2 e em gorduras. De acordo com estudo realizado pela Assema, trabalhando com a massa do mesocarpo, que representa 23% do peso do babaçu, uma Quebradeira de Coco pode ganhar mais que o dobro do que fatura com a amêndoa. Os principais produtos comerciais originários do babaçu são o óleo, extraído da amêndoa e que corresponde a 65% do peso total da mesma, e a torta que resulta do processo.

As amêndoas são extraídas manualmente em um sistema caseiro tradicional e de subsistência, especialmente por mulheres: são as Quebradeiras de Coco. Mesmo com as tentativas de se inventar e implementar a utilização de máquinas para a quebra do coco, o trabalho continua sendo feito da forma tradicional, que é a seguinte: sobre o fio de um machado muito afiado preso pelas pernas fica equilibrado o coco babaçu; depois de ser batido, com muita força e por inúmeras vezes, com um pedaço de pau, o coco parte-se deixando aparecer suas amêndoas, que são colocadas à parte. Conhecer profundamente esta palmeira e seus frutos enseja às Quebradeiras de Coco utilizar o potencial máximo do recurso. A fala das Quebradeiras de Coco Domingas e Francisca Lera nos mostra a firmeza com que lidam com o extrativismo do babaçu.

Ele cai. Aquele que cai no inverno dura mais, se eles caíram da palmeira eles têm que ser quebrados logo, não pode armazenar o coco. Nem mesmo ele quebrado, ele pode ser armazenado, ele tem que ser beneficiado logo. Depois que juntou tem que quebrar em pouco tempo. (...) Se ele cai aí em setembro, ele tem que ser quebrado até dezembro todinho se não ele cria gongo e estraga. O sol seca mais rápido e dá bicho mais cedo. (ALMEIDA, 2001, p. 28).

Este trabalho contra o tempo está, portanto, profundamente vinculado às condições climáticas e do fruto, mas há também a preocupação constante em não se desperdiçar os frutos caídos mais cedo para aproveitar os preços mais elevados do início da safra. Para esta empreitada, praticamente toda a força de trabalho familiar das Quebradeiras de Coco é utilizada no início da produção. Já para o final desse período, os homens se dedicam mais à roça e as mulheres mantêm atenção concentrada na quebra do coco, conciliando a atividade com os afazeres domésticos.

## 2.2 Resiliência: o feitiço contra o feiticeiro

Cada vez mais freqüente em estudos ambientais, o termo resiliência é também aplicado em outras áreas, como a física, a psicologia e o meio empresarial. A origem do conceito está fortemente relacionada às noções de sucesso e de capacidade de adaptação às normas sociais. A palavra possui duas origens etimológicas: do latim *resiliens* significa saltar para trás, voltar, ser impelido, recuar, encolher-se, romper; do inglês *resilient* remete à idéia de elasticidade e capacidade rápida de recuperação. Dessa forma, consideramos neste ponto do estudo a resiliência dos babaçuais e, como são característicos de florestas secundárias, brotando com mais intensidade após uma derrubada ou queimada, vê-se aí uma relação insistente pela vida.

Atualmente, no Brasil, são encontrados vastos babaçuais espalhados ao sul da bacia amazônica, onde a floresta úmida cede lugar à vegetação típica dos Cerrados. De acordo com dados da Assema, são 18,5 milhões de hectares, sendo que mais da metade está centrada no Maranhão. O vale do rio Mearim e a chamada região dos cocais detêm a maior concentração de babaçuais nativos do Brasil, região esta que integra um ecossistema que se estende pelos estados do Piauí, Pará e Tocantins.

O babaçu é extremamente resistente, imune aos predadores de sementes e tem grande capacidade de regeneração. Sempre que há uma queimada, são justamente as pindobas<sup>8</sup> de babaçu as primeiras a despontar. Daí que, com a queima do babaçual e da vegetação ao seu redor, seus principais competidores vegetais são eliminados, abrindo maior espaço para a sua proliferação.

Nos anos de 1970, as terras da região babaçueira passaram a ser ocupadas pela pecuária extensiva, assim, os babaçuais cederam lugar às pastagens e fazendeiros começaram a cobrar para deixar as Quebradeiras tirarem o coco ou mesmo barravam sua entrada nos babaçuais. Durante toda a década de 1980, os conflitos entre famílias que viviam dos babaçuais nativos e os pecuaristas se intensificaram. Muitos relatos evidenciam este conflito, como o feito por Natividade Oliveira Costa, Quebradeira de Coco desde 1978:

Tinha outra (proprietária) lá embaixo chamada Justina, essa era difícil, botava até os animal pra pisar na gente. Lá é onde organizamos até de 30 mulher. Chegava lá, juntava o coco e começava a quebrar. Quando a gente começava, ela mandava os capangas dela, mas a gente não temia não, a gente continuava. Continuamos até que libertamos o coco. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM SAMPAIO, 2004).

---

<sup>8</sup> Palmeirinhas novas.

A partir do final da década de 1980, quando as famílias conseguiram retomar parte de suas terras com a inclusão no Plano Nacional de Reforma Agrária, as comunidades se empenharam para desenvolver alternativas de produção que viabilizassem sua permanência nas terras reconquistadas. Houve aí a redução dos conflitos, mas a situação está ainda longe de poder ser considerada democrática. Uma vez em suas áreas de posse, as Quebradeiras de Coco não conseguem sobreviver exclusivamente dos babaçuais porque a maior vastidão está em outras áreas. Há também as chamadas Quebradeiras de ponta de rua, que são aquelas moradoras dos pequenos municípios ou distritos que vão até onde as pernas agüentam para buscar o coco e retornam para quebrar em casa. Nestes casos, a atividade é considerada como complementar à renda familiar, geralmente muito baixa.

Não obstante os conflitos citados acima, as Quebradeiras de Coco organizaram-se estrategicamente em associações e cooperativas e têm garantido o potencial reprodutivo do babaçu. As ações de preservação dos cocais não primam pela intocabilidade das palmeiras ou pelo não uso das terras onde se encontram para outro fim. A adoção de atividades consorciadas prevê tarefas nas roças e nos babaçuais, sendo que estas não são áreas fisicamente separadas, principalmente pelas famílias assentadas da região. No ANEXO B pode ser encontrado um calendário da produção agrícola e extrativista no Bico do Papagaio que ilustra bem esta organização das populações babaqueiras.

Esta estratégia de trabalho consorciado entre roça, babaçu e outras atividades é adotada não somente pelas Quebradeiras de Coco, mas também por muitos trabalhadores rurais. Ela representa um passo significativo, partindo da prática cotidiana, rumo ao desenvolvimento sustentável que, para Sachs (2002), requer autonomia para o planejamento local e participativo das comunidades em questão. Autonomia esta que fica comprometida uma vez que o babaçu é a principal fonte de renda das Quebradeiras de Coco, mas, embora seja um recurso natural, encontra-se em sua maioria em domínio privado do latifúndio e da pecuária extensiva.

Dessa forma, é possível afirmar que os babaçuais rompem as fronteiras das cercas e das ações deliberadas de devastação impostas pelos proprietários rurais. Brotam abundantemente após derrubadas e queimadas, num movimento que pode ser considerado como o feitiço contra o feiticeiro, e sobrevivem vistosos e produtivos. Porém, a sua utilização integral, conforme proposta pelas Quebradeiras de Coco, ainda depende da abertura para o acesso das

mulheres às áreas babaqueiras. Assim, elas assumem a responsabilidade de, organizadas, lutar pela “libertação do coco”, sendo que tanto os babaçuais quanto as populações extrativistas precisam romper a fronteira imposta pelas cercas de arame.

## 2.3 Uso e potencialidades

No processo de busca por alternativas para se alcançar o que vem sendo chamado de desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, Ignacy Sachs (1993, p. 22) defende que “a eliminação do desperdício libera recursos para o desenvolvimento, sem aumentar o fluxo de materiais”. Considerando-se que o desenvolvimento sustentável é a meta da grande maioria dos países, o uso integral do babaçu pelas populações do Bico do Papagaio pode significar um marco empírico para a afirmação de Sachs. Contudo, há que se ter perfeita consciência de que outras características permeiam a região e que o discurso da sustentabilidade não tem sido uma cortina eficaz para cobrir o crescimento a partir da desigualdade verificado no Bico do Papagaio, onde os conflitos pela terra são marcantes em função da dificuldade de convívio entre latifundiários e posseiros ou assentados que sobrevivem da terra.

Em sua obra, Sachs debruça-se sobre o aproveitamento do conhecimento do que ele chama de *povos dos ecossistemas* como estratégia para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Segundo o pesquisador, a partir da completa transformação de formas, conteúdos e usos sociais do crescimento econômico, será possível crescer economicamente “atendendo as necessidades das pessoas buscando uma distribuição mais justa da renda, a conservação dos recursos e enfatizando técnicas limpas de produção” (SACHS, 1993, p. 21). O conhecimento dos povos do ecossistema do babaçu tem possibilitado o uso integral do recurso, sem gerar desperdício, o que pode ser um ponto positivo nesta busca pelo desenvolvimento sustentável.

Assim, algumas comprovações do uso integral do recurso natural em questão podem ser aqui expostas. Da amêndoa se extrai matéria-prima para a fabricação de óleo para as indústrias alimentícia e de cosméticos. Dela podem ser fabricados sabão e farinácea para ração animal, sendo esta a parte com maior aplicação econômica. O broto das plantas jovens fornece palmito de boa qualidade, que pode ser explorado principalmente na derrubada programada visando a utilização múltipla da área. Enquanto verde, o coco serve para defumar a borracha e, depois de maduro, a parte externa ou o mesocarpo é comestível, sendo utilizado para a fabricação de mingau e uma espécie de doce associado com o chocolate. O estipe<sup>9</sup> do babaçu, quando apodrecido, serve de adubo; se em boas condições, é usado em marcenaria rústica e é ainda empregado em construções rurais. Suas folhas servem para a confecção de

---

<sup>9</sup> Em botânica chama-se estipe o caule próprio das palmáceas.

cestarias, fabricação de celulose para o papel, matéria-prima para a fabricação de utilitários e na armação e cobertura de casas e abrigos, sendo que durante a seca estas mesmas folhas servem de alimento para a criação. O babaçu é utilizado também, após a organização das comunidades extrativistas em associações e cooperativas, na confecção de artesanato, bijuterias e bibelôs que valorizam os costumes das regiões de incidência das palmeiras e ajudam a expressar as tradições locais.

As amêndoas verdes, recém-extraídas, raladas e espremidas com um pouco de água em um tecido fino, fornecem um leite de propriedades nutritivas semelhantes às do leite humano<sup>10</sup>, segundo pesquisadores do Instituto de Recursos Naturais do Maranhão. Este leite é utilizado na culinária local como tempero para carnes de caça e peixes e como mistura para empapar o cuscuz de milho, de arroz e de farinha de mandioca ou, até mesmo, bebido ao natural como substituto do leite de vaca. A casca do coco devidamente preparada fornece um carvão, fonte de combustível. A população faz a queima noturna lentamente em caieiras cobertas por folhas e terra, a casca do babaçu produz uma vasta fumaça aproveitada como repelente de insetos. Outros produtos de aplicação industrial podem ser derivados da casca do coco babaçu, como o etanol, metanol, coque, carvão reativado, gases combustíveis, ácido acético e alcatrão.

O principal destinatário das amêndoas do babaçu são as indústrias, geralmente locais, de esmagamento, produtoras de óleo cru, sendo que há registros inclusive de exportação deste subproduto para indústrias cosméticas do exterior. Este óleo é o subproduto para a fabricação de sabão, glicerina e óleo comestível, mais tarde transformado em margarina. Portanto, do babaçu se aproveita tudo, especialmente nas economias de subsistência. E este aproveitamento integral é defendido com firmeza por todas as Quebradeiras de Coco entrevistadas para a presente pesquisa.

Ao observador atento, o uso múltiplo do babaçu parece ser uma consequência da própria versatilidade das Quebradeiras de Coco que, organizadas, perceberam a interação entre o ecossistema e as populações humanas dos babaçuais respeitando os limites e a capacidade de regeneração dos mesmos. Essa perspectiva foi manifestada pela Quebradeira de Coco Alice Alves Feitosa da Silva, conhecida por Nicinha, quando afirma:

Nasci e me criei dentro de área que tem coco, quebrando sempre, desde menina que eu comecei a quebrar coco. Sempre nunca faz uma coisa só, a gente faz uma coisa conjunta entre roça e coco. Quando a gente passa a época da roça, quando passou dessa temporada todinha de quando vai iniciar a plantar até a colheita, aí é a hora do coco. Porque a gente termina de colher as coisas no mês de junho, porque arroz a gente colhe nos meses de abril e maio, mas aí ainda tem feijão, ainda tem milho pra quebrar, aí vem carro pra apanhar e quando termina isso é lá no mês de junho. Aí vem o mês de julho, agosto, setembro, outubro, aí é todo dia, todo dia... quebra coco, faz óleo, faz sabão, tempera a comida, às vezes vende, faz carvão pra cozinhar, depois pra vender, é assim. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM SETE BARRACAS, 2004).

---

<sup>10</sup> Daí muitas pessoas na região se referirem ao babaçu como a mãe-de-leite.

Pela declaração, é possível se afirmar que o potencial do babaçu é percebido como vasto pelas Quebradeiras de Coco, mas o seu uso respeita a capacidade de regeneração e a necessidade de se consorciar a atividade extrativa e as demais atividades da vida rural. Adaptando-se aos limites dos babaçuais, as Quebradeiras de Coco engajadas ou não no movimento organizado, constroem um ritmo de vida que tem garantido a sobrevivência do ecossistema e, mais que isso, desenvolvem estratégias de organização que lhes têm rendido reconhecimento por parte de vários organismos.

Estes organismos, especialmente as Organizações Não-Governamentais, oferecem às populações do Bico do Papagaio diversos cursos, desde a qualificação para a confecção de artesanato até ações para a saúde e uso sustentável da floresta. Chavões como “não podemos devastar” ou “é preciso manter o equilíbrio” foram repetidos por várias entrevistadas, isso unido a uma forma de falar muito própria da região e característica de poucos anos ou nenhum de escolaridade. Ou seja, o uso múltiplo dos recursos naturais não teria sido imposto por entes externos ao Bico do Papagaio, mas seria um ato endógeno, aprendido cotidianamente na lida com o babaçu e com as especificidades da vida rural e semi-urbana, embora o discurso tenha chegado posteriormente.

## 2.4 Localizando o Bico do Papagaio

A região do estado do Tocantins conhecida como Bico do Papagaio reúne 12 municípios: Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins. Como o estado foi criado a partir da Constituição de 1988, a metade destes municípios foi emancipada politicamente após a instalação do Tocantins (*ver tabela abaixo*), embora já existissem como distritos e povoados. A delimitação do Bico do Papagaio não é facilmente reconhecida, sendo que no próprio Atlas do Tocantins (2002), editado por órgãos oficiais do governo do Estado, não é possível precisar estes municípios como limítrofes da região. Com base em mapas publicados por Gomes & Neto (1993), justapostos aos oficiais já citados, o Bico do Papagaio pode ser considerado o conjunto das 12 cidades listadas, embora não fuja a compreensão de que as características locais não obedecem a uma fronteira rígida ou definida puramente pela cartografia.

*Municípios do Bico do Papagaio, com suas áreas, populações e anos de criação*

| <i>Município</i>           | <i>Área<br/>(Km<sup>2</sup>)</i> | <i>População<br/>(IBGE-2000)</i> | <i>Ano de<br/>Criação</i> |
|----------------------------|----------------------------------|----------------------------------|---------------------------|
| Araguatins                 | 2.297                            | 26.010                           | 1948                      |
| Augustinópolis             | 395                              | 12.964                           | 1982                      |
| Axixá do Tocantins         | 105                              | 8.827                            | 1963                      |
| Buriti do Tocantins        | 272                              | 7.842                            | 1988                      |
| Carrasco Bonito            | 196                              | 3.218                            | 1993                      |
| Esperantina                | 483                              | 7.623                            | 1993                      |
| Itaguatins                 | 828                              | 6.386                            | 1945                      |
| Praia Norte                | 295                              | 6.781                            | 1988                      |
| Sampaio                    | 202                              | 2.801                            | 1988                      |
| São Miguel do Tocantins    | 409                              | 8.486                            | 1993                      |
| São Sebastião do Tocantins | 289                              | 3.669                            | 1963                      |
| Sítio Novo do Tocantins    | 275                              | 9.488                            | 1963                      |

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio ambiente. **Atlas do Tocantins**.

Em todos os municípios do Bico do Papagaio há a incidência de babaquais, sendo que também em muitas cidades norte-tocantinenses é possível encontrar grandes concentrações da palmeira, a exemplo de Tocantinópolis, onde, inclusive, foi instalada uma indústria de beneficiamento do babaçu nos últimos anos da década de 1960<sup>11</sup>. A região tem 104.095 habitantes, segundo dados do IBGE de 2000, citados pelo Governo do Estado do Tocantins (2002) em seu Atlas, de uma população estadual total de 1.157.098 moradores, de acordo com

<sup>11</sup> Trata-se da Tobasa Bioindustrial de Babaçu S/A, criada em 1968.

a mesma fonte. Ainda segundo o Atlas, os 12 municípios do Bico do Papagaio totalizam uma área de 6.046 quilômetros quadrados e apresentam densidade demográfica que chega a 17,22 habitantes por quilômetro quadrado, número considerado alto tendo em vista que a densidade demográfica do Estado do Tocantins no ano de 2000 é de 4,16 habitantes por quilômetro quadrado.

A base da economia da região é o agroextrativismo e entre as espécies de palmeiras utilizadas na indústria extrativa está o babaçu, considerado tanto pelas populações agroextrativistas quanto pelo material oficial de divulgação dos potenciais locais o mais rico do ponto de vista econômico. Além do agroextrativismo do babaçu, se observa no Bico do Papagaio que a produção dos trabalhadores rurais<sup>12</sup> é destinada, por imposição das grandes monoculturas que se instalam na região como observa Sader (1986), à comercialização de um produto básico, o arroz, e que os demais cultivos subsidiam essa produção. A autora observa que “é uma produção de sobrevivência, pois o baixo preço determinado pelos usineiros de arroz, exige uma série de outras culturas que possibilitem sua alimentação, além da coleta do babaçu” (SADER, 1986, p. 6). Quanto a esta questão, um dado significativo verificado durante a pesquisa de campo para o presente trabalho, já em 2004, foi a conquista, pelo CASB, de uma pequena máquina beneficiadora de arroz, instalada em um cômodo de alvenaria nos fundos da casa do então presidente da entidade, Antônio Bezerra de Carvalho<sup>13</sup>, e que é utilizada comunitariamente, mantendo-se a chave sob guarda do mesmo. O uso da máquina é possível graças à energia elétrica mantida a óleo diesel, adquirido através do Clube Agrícola, pelos moradores do PA Sete Barracas.

Para compreender as relações existentes no Bico do Papagaio não basta uma descrição minuciosa da paisagem que, por si só, não contém a chave de todas as explicações, mas sim encontrar no conjunto deste quadro os fundamentos para a sua compreensão. As cidades que formam a região mais se parecem com povoados e a origem destas está mesmo intimamente relacionada à junção de esforços de trabalhadores rurais migrados principalmente do Maranhão, notadamente na década de 1960, para constituir um ambiente propício à reprodução daquela forma de produção. De acordo com Sader (1986), historicamente os

---

<sup>12</sup> Compreendendo como trabalhadores rurais os pequenos produtores diretos que vivem em áreas de assentamento, os chamados posseiros, meeiros, pequenos arrendatários e outras formas de trabalho familiar na zona rural.

<sup>13</sup> Conhecido como Toinho ou Cipriano, segundo nos informou porque este era o nome de seu pai, e esposo da maior liderança Quebradeira de Coco da região, Raimunda Gomes da Silva. Antônio Bezerra de Carvalho relatou que, quando criança, era chamado de Toinho do Cipriado, com o passar dos anos passou a ser chamado de Toinho Cipriano, até que ficou conhecido apenas como Cipriano.

indígenas são as primeiras vítimas da “expropriação violenta”, iniciada ainda no período colonial, registrada na região do Bico do Papagaio. A autora aponta que esta expropriação teve início em meados do século XIX e foi retomada na década de 1950 “com a chegada dos posseiros”, num processo de ocupação que pode ser referenciado como uma continuação das correntes de povoamento do Maranhão. Estas famílias de trabalhadores rurais, por sua vez, foram expropriadas pela intensa grilagem de terras verificada na região e acabaram por construir um novo espaço, caracterizado por um grande número de povoados que, tanto podem ser explicados pela necessidade de se ter um centro comum de aglutinação após o trabalho na roça, quanto pela falta de outro lugar para onde ir após o processo de expulsão das terras.

Se nesta época, década de 1950, a pecuária extensiva utilizou os pastos naturais, estabelecendo pequenas roças dentro de seus limites tocadas por meeiros que foram pouco-a-pouco sendo expulsos para outras terras, o que se vê hoje no Bico do Papagaio é a presença de grandes propriedades e alguns projetos de assentamento, que foram conquistados após insistentes lutas camponesas, onde estão os pequenos produtores que fazem o consórcio entre as roças para a manutenção da família, a prestação de algum serviço braçal no centro urbano mais próximo e a quebra do coco babaçu para utilização doméstica de seus subprodutos e comercialização que não garante, por si só, a sobrevivência do grupo familiar. A relação com a terra imposta pelos grandes proprietários rurais – de derrubada da mata virgem para a transformação em pasto para a criação de gado –, choca-se com a estabelecida pelos migrantes que chegaram ao Bico do Papagaio. Tradicionalmente, segundo Sader (1986), os “posseiros” buscavam a “terra liberta”, sem dono, definiam uma área de onde tirariam o sustento e dividiam o espaço em três piquetes, sendo um para o plantio, outro para o descanso e outro para a mata a ser preservada. Esta forma de ocupação teria causado nos funcionários do Incra<sup>14</sup> uma falsa impressão de que as terras não estavam ocupadas ou estavam mal ocupadas dificultando o processo de concessão das licenças de ocupação e posse das mesmas, o que acabou por gerar conflitos entre os trabalhadores rurais e o Incra.

Sobre esta ocupação que o Incra considerou imprecisa, a Quebradeira de Coco Maria Senhora Carvalho da Silva, vice-presidente da Fetaet, faz uma avaliação crítica e lamenta que os migrantes, como ela e sua família, não tenham escolhido uma área para reivindicar no processo de concessão das licenças. Segundo Maria Senhora:

---

<sup>14</sup> Para ampliar sua Coordenadoria, o Incra criou, em 1º de fevereiro de 1980 através do Decreto-Lei nº 1.767, o Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.

Chegando aqui na Vila União, a gente foi trabalhar numa terra, que chamava terra devoluta. Por isso que eu falo: ‘maranhense é o bicho mais besta que surgiu no planeta’, como nós já vinha de lá correndo de terra de dono, custava ter chegado aqui, ter marcado uma área: ‘não essa daqui é nossa, vamos brigar por ela’? Não. Chegamos aqui e tudo é terra devoluta. (...) Todo mundo era coco babaçu e roça, coco babaçu e roça. (...) E lá tinha muito coco babaçu. Aí formou o povoado que hoje é a Vila União. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM PALMAS, 2004).

Embora reconheça que faltou estratégia de ocupação por parte das Quebradeiras de Coco, assim que chegaram à região dos babaçuais no Tocantins, Maria Senhora não perdeu a oportunidade para lembrar algumas conquistas. Entre elas está o PA Canaã, localizado também em Esperantina, um dos frutos da ação do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais do Bico do Papagaio.

Quando eu entrei no Sindicato, a primeira coisa, foi em 1999, que eu entrei no Sindicato, já estou no segundo mandato, que é de quanto anos. A primeira coisa, entrei num dia no outro dia eu entrei com o pedido de desapropriação da área que eu fui expulsa de lá. E ganhamos! Hoje é um assentamento. O Canaã. Lá só tem Quebradeira. Aquele povo que foi expulso junto comigo, eu não estou não, mas eles estão. O Canaã era onde eu morava, era a minha vida ali. Eu cheguei lá em 66 com toda a minha família, saí em 74. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM PALMAS, 2004).

Com a chegada do asfalto, do transporte público e da energia elétrica, as distâncias entre os municípios parecem ter se tornado menos expressivas em comparação ao que se verificava na década de 1950, quando famílias inteiras fizeram o percurso do Bico do Papagaio a pé na busca por terras virgens, ou “terras livres”, que pudessem ser ocupadas. No trabalho de campo realizado por Sader em 1986, ela registrou que:

As sedes dos municípios – com exceção de Tocantinópolis (que não pertence ao Bico) não se pode falar em ‘cidades’ – ligavam-se umas com as outras, por picadas só factíveis a pé ou a cavalo, em alguns casos pelos rios Tocantins ou Araguaia, e raramente por estradas que eram temporárias, que quando existiam encontravam-se em condições de tráfego tão ruins que o Guia de Goiás de 1970 especifica, por exemplo, que de Itaguatins a Axixá há uma ‘rodovia municipal temporária’, de 54 km, vencidos em 3 horas. Ou Axixá-Sítio Novo, 18 km, percorridos em 2 horas... (SADER, 1986, p. 23).

Já em 2004, durante incursão em campo para o presente trabalho, foi possível visitar até quatro municípios em um único dia, passando por distritos, projetos de assentamento e povoados. A criação do Estado do Tocantins, com a Constituição de 1988, fez com que o poder público estadual debruçasse um pouco mais de atenção à região em relação ao que era feito quando o Bico do Papagaio pertencia ao norte goiano, levando as obras de infra-estrutura que contribuíram para fortalecer o poder instituído sem, contudo, envolver os moradores da região ao ponto de considerá-los agentes neste processo de transformação. Uma prova disso é que em alguns dos povoados visitados, moradores antigos disseram não conhecer as cidades

mais próximas por falta de oportunidade, de transporte ou de “condições”. As políticas assistencialistas, das três esferas de poder, acabaram por prender famílias inteiras às quintas<sup>15</sup>, distanciando-as dos contatos necessários para a conquista de educação, saúde e articulação política.

Embora muitas mães de família tenham atribuído à necessidade de estudar o distanciamento que as moças mais jovens têm da quebra do coco babaçu, o que foi observado foi que a maioria destas moças, com raras exceções, limitam-se a freqüentar a escola rural da área onde vivem e, concluída a etapa fundamental do ensino oferecida, deslocam-se para o centro urbano mais próximo, oferecendo mão-de-obra para trabalhos domésticos ou outros que exigem pouca qualificação. A Quebradeira de Coco Raimunda Gomes da Silva, que ocupa no CNS a Secretaria da Mulher desde 1995 e o Memorial Chico Mendes desde 2003, sendo sócia fundadora da ASMUBIP e liderança reconhecida, fez um relato que mostra o olhar que a organização das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio tenta estender. Contou ela:

Eu tenho um amigo que ganhou a terra e morava em Augustinópolis porque os filhos tavam na escola. Ele era tesoureiro na Federação (Fetaet) em Palmas. Quando foi um dia ele chegou em casa e falou assim: ‘eu vou vender a minha terra e vou me embora pra outro lugar porque eu tô ficando velho, minha filha terminou os estudos e agora tá cozinhando pros outros’. Eu disse: ‘sabe o que tem que fazer? É você sair de Augustinópolis, ir para dentro da sua terra, na comunidade onde tá seus companheiros de trabalho. É juntar eles, lutar pra fazer a estrada do seu assentamento. Em vez da sua filha tá cozinhando pros outros, vai cozinhar pra você lá no seu assentamento. Se ela já sabe ler, escrever, bater no computador, então ela vai ficar lá pra ajudar. Pra ter a estrada, pra ter energia, pra criar gado, pra ver os filhos estudar, arruma a Associação. Pra fazer um documento, sua filha faz, bota ela lá. Vai plantar arroz, feijão, milho, mandioca, batata. Faz os projetos funcionar que aí a sua vida vai melhorar. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM PALMAS, 2004)

A busca por terras passíveis de ocupação, que não tenham dono, observada no comportamento dos migrantes que chegaram ao Bico do Papagaio, é percebida também na lógica das Quebradeiras de Coco babaçu que, ao defender a liberdade de entrar em qualquer propriedade para coletar e quebrar o coco, beneficiando-se de um recurso geralmente não utilizado pelos grandes proprietários rurais, compreendem que a palmeira foi a primeira a ocupar a terra, é anterior aos processos de cercamento e, portanto, é de uso comum. A declaração de Antônia Pereira da Silva, Quebradeira de Coco babaçu do Maranhão, de que “o babaçu nunca ninguém plantou ou aguou. Não tem dono, nem nasceu pra dominação

---

<sup>15</sup> Os moradores da região identificaram como “quintas”, áreas rurais ermas, onde vivem e trabalham, deslocando-se só eventualmente até as cidades. Não foi possível compreender se “quinta” refere-se somente às áreas dos próprios trabalhadores rurais ou se recebem a mesma denominação as fazendas de gado ou de lavoura extensiva onde estes trabalham.

nenhuma” (CASB, 2003, p. 3), é uma mostra da relação que as mulheres construíram com o ecossistema dos babaçuais e justifica a luta pelo Babaçu Livre e contra as derrubadas e queimadas indiscriminadas dos cocais. Ao afirmar que a palmeira “não nasceu pra dominação nenhuma”, a própria trabalhadora se exime do direito à propriedade convencionalmente compreendida e extrapola ao caráter instrumental que tem marcado a relação ocidental, antropocêntrica e instrumental com o ecossistema. A compreensão desta interconexão estabelecida pelas Quebradeiras de Coco entre saberes, práticas e percepções na sua relação cotidiana com o ambiente, pode ser considerada etapa fundamental para sistematizar as relações mantidas por povos que vivem em ecossistemas distintos e, por gerações sucessivas, aproveitam-se de suas potencialidades para a sobrevivência mantendo a biodiversidade que garante esta mesma sobrevivência.

### 3. UMA RELAÇÃO DE RECIPROCIDADE E INTERDEPENDÊNCIA

As mulheres Quebradeiras de Coco mantêm com a natureza que as cerca, marcada pela presença dominante dos babaçuais, um modo de relação que se aproxima do perspectivismo proposto por Viveiros de Castro (1996), em que natureza e cultura se encontram sem uma hierarquia dicotômica de influência entre ambas. O objetivo central deste capítulo é provocar uma reflexão sobre a relação das Quebradeiras de Coco com os babaçuais. Relação esta pautada pelo uso comum dos recursos naturais para a sobrevivência das comunidades locais, que agregam valor à matéria-prima e constroem novas relações comerciais e de auto-afirmação. Estas novas relações podem ser consideradas simbólicas e referenciais para uma nova forma de acesso e uso dos recursos naturais. A percepção, por parte das Quebradeiras de Coco, do extrativismo do babaçu como fonte de vida conduziria a uma relação de reciprocidade, que favorece o diferencial da ação humana sobre os babaçuais conduzindo à preservação dos mesmos. Exemplos pontuais são a Lei do Babaçu Livre e as Reservas Extrativistas, duas bandeiras das Quebradeiras de Coco.

#### 3.1 ASMUBIP: o início da organização

O Bico do Papagaio concentra a maior produção de coco babaçu do Tocantins. Ainda que palmeiras esparsas possam ser encontradas em todo o Estado, as Quebradeiras de Coco somente estão organizadas politicamente naquela região. Entre os anos de 1984 e 1986, registrou-se uma queda na produção. Como o babaçu, neste período, somente foi utilizado para consumo das próprias Quebradeiras, houve um aumento considerável da produção nas propriedades privadas e nas matas, o que foi usado pelos proprietários para justificar as “derrubadas” em suas áreas. Esta situação gerou conflito entre as Quebradeiras de Coco, que eram contra a devastação dos babaçuais, e os fazendeiros, que diziam derrubar algo que não tinha utilidade.

Impulsionadas a evitar as derrubadas, as Quebradeiras de Coco se aproximaram dos STRs e passaram a inserir suas pautas de discussão nas reuniões sindicais. Contudo, elas declaram que suas discussões sempre ficavam para o final da reunião, quando esta já se esvaziava, surgindo a necessidade de se criar um fórum específico para discutir o resgate da cidadania das mulheres, quanto ao gênero e ao aspecto socioeconômico da quebra do coco; a

preservação do meio ambiente, fonte de matéria-prima para o sustento familiar, tendo como principal tema a busca de estratégias para evitar as derrubadas e queimadas e a comercialização dos subprodutos do coco babaçu. Estes, até hoje, são os principais eixos que permeiam a atuação da ASMUBIP.

A entidade, de acordo com Raimunda Gomes da Silva, uma das sócias fundadoras, não pode ser considerada um fórum exclusivo para discutir questões de gênero. Na tentativa de envolver a família na discussão e evitar conflitos entre os casais, a Associação utilizou-se do eixo trabalho/mulher como estratégia para facilitar a organização. A ASMUBIP mantém uma estrutura dividida em núcleos ocupados com a formação de disseminadores de informação e noções de organização associativista. Cada núcleo elege uma ou duas coordenadoras, conforme o número de associadas, que assumem a responsabilidade da coordenação local e de manter sintonia com a coordenação geral.

Assim que foi criada a ASMUBIP, inspirada em experiências em andamento em Santarém (PA) e no modelo praticado pela COPPALJ em Lago do Junco (MA), criaram-se as chamadas cantinas, no início da década de 1990, nos 16 núcleos da Associação então existentes. Com o objetivo de suprir as necessidades emergenciais das sócias da ASMUBIP, as cantinas comercializavam, através da troca pelo babaçu ou do preço mais acessível, café, açúcar, querosene, esponja de aço e outros produtos da cesta básica. Em 1993, havia no PA Sete Barracas, uma destas cantinas e a comercialização com este modelo era defendida como estratégica para manter viva a ASMUBIP. A estrutura ficava sob responsabilidade das próprias Quebradeiras de Coco organizadas e não tinha nenhuma relação com a instalação dos chamados “barracões” por proprietários de terras – não só do Norte do Brasil – que, realizando a venda de produtos de primeira necessidade aos trabalhadores de sua propriedade os mantêm presos ao trabalho pela incapacidade de quitar suas dívidas no barracão, gerando-se aí um regime análogo à condição de escravo.

Hoje, as cantinas praticamente se extinguíram, tanto pela proliferação de pequenos comércios na área de atuação da Associação quanto pela falta de recursos financeiros para dinamizar as já existentes, e muitas foram substituídas por postos de compra do babaçu mantidos pela ASMUBIP. Estes postos são localizados estrategicamente para facilitar o trabalho de comercialização das Quebradeiras de Coco.

Seguindo a definição de Little (2002), que defende que a autonomia cultural, para funcionar como um verdadeiro subsídio para o etnodesenvolvimento, deve operar pelo menos

em três planos, que são o político, o econômico e o simbólico, é possível analisar estas cantinas como uma estratégia de conquista de autonomia no plano econômico para sair das situações de “desenvolvimento por pilhagem”. Nestas situações, os programas de desenvolvimento externos retiram os recursos naturais de uma região e deixam no local a maioria dos impactos negativos, sejam eles sociais e/ou ambientais.

O exemplo mais citado pelas Quebradeiras de Coco para esta situação de “desenvolvimento por pilhagem” é a instituição dos chamados “sacolões” pela Tobasa, estabelecida na cidade de Tocantinópolis desde 1968. Por este sistema, a empresa contrata compradores que percorrem a região de incidência dos babaçuais para a compra do coco inteiro que, acumulados em sacolões que comportam até 10 balaios, são colocados à beira da estrada e recolhidos pelos caminhões da empresa. Informação obtida durante visita à sede da Tobasa, em 11 de novembro de 2003, era de que o preço do coco inteiro estava na casa dos R\$ 11,00 o metro cúbico, o que corresponde a cerca de 10 sacos de coco, ou seja, um sacolão. Este tipo de comercialização, segundo reflexão da ASMUBIP, destrutura o trabalho das Quebradeiras de Coco que, além de ficarem presas ao baixo preço imposto pela empresa, são obrigadas a se desfazer do coco inteiro deixando, assim, de realizar o seu aproveitamento integral, com a utilização de seus subprodutos no cotidiano. É como se elas deixassem de ser Quebradeiras de Coco e se transformassem em meras coletoras.

A instituição dos sacolões inviabiliza a adoção de políticas elaboradas pelo próprio grupo, considerando as necessidades, acesso e relações específicas que o mesmo grupo local mantém com os babaçuais. Seguindo o raciocínio de Little, fica comprometida uma “resposta” que garanta a reprodução da forma de produção das Quebradeiras de coco. A autor analisa da seguinte maneira:

Como resposta a essas situações de saque, os grupos étnicos estão tentando elaborar práticas produtivas que garantem o abastecimento de suas necessidades básicas ao mesmo tempo em que permite a produção de excedentes a serem utilizados na geração de renda para a compra de produtos industrializados. (LITTLE, 2002, p. 10).

O destaque que proponho ao plano econômico do tripé estabelecido por Little (2002) para que a autonomia cultural sirva de subsídio ao etnodesenvolvimento (lembrando que são trabalhados também os planos político e simbólico) se deve a preocupação com o uso comum dos recursos naturais e o aproveitamento integral do babaçu. Dessa forma, a atuação da ASMUBIP, enquanto movimento organizado das Quebradeiras de Coco, pode ser interpretada como movimento socioambiental, uma vez que as interpretações correntes definem como movimentos socioambientais aqueles que mantêm a preocupação com a busca pelo

fortalecimento das relações sociais sem negligenciar as preocupações com o respeito à capacidade de suporte dos recursos naturais.

A ASMUBIP foi fundada no dia 28 de novembro de 1992, em São Miguel do Tocantins, quando reuniu 162 mulheres trabalhadoras rurais. Na ocasião, todas votaram para eleger a coordenação da recém-criada entidade. É significativo que 96 mulheres votaram sim para a chapa única apresentada e, embora não tenha sido registrado nenhum voto contrário, conforme ata de fundação, 66 mulheres deixaram de votar, ou porque se abstiveram ou porque estavam fora do ambiente no momento da votação. Nesta primeira reunião, é possível observar-se, a partir da leitura da ata, que cada uma das 162 mulheres tinha um interesse específico, uma visão única do que ocorria. Contudo, o movimento já pode ser interpretado como elemento de aproximação entre estas trabalhadoras rurais, todas envolvidas com a quebra do coco babaçu e manifestamente coadunadas com o sentido político das lutas específicas.

Avizinhar estes diferentes interesses, que acabam gerando diferentes classificações, só é possível, no dizer de Foucault (1987, p. 6), “na voz imaterial que pronuncia sua enumeração”, ou melhor, “no não-lugar da linguagem”. De acordo com Raimunda Gomes da Silva, eleita coordenadora geral na assembléia constituinte, em novembro de 1992, a liberação de recurso federal para a compra de uma prensa para beneficiar o babaçu, hoje instalada em São Miguel do Tocantins, e a inexistência de uma entidade constituída para receber o recurso fizeram com que fosse necessária uma organização às pressas, presa ao cumprimento dos prazos burocráticos. Assim, embora a motivação originária, organizar as mulheres Quebradeiras de Coco do Tocantins para garantir melhores condições de vida e trabalho, fosse ampla e de caráter profundamente universal, o motivador da criação da ASMUBIP foi imediato, circunstancial e envolveu mulheres prontas para construir um discurso, outras preocupadas com a renda familiar específica, outras entusiasmadas com a possibilidade de deixar as quintas e passar um dia na cidade e outras tantas que somente estiveram lá em função do elemento de aproximação entre elas, que não era a quebra do coco em si, mas um discurso que já criava na região do Bico do Papagaio, ainda que em estágio embrionário, a categoria das Quebradeiras de Coco.

Esta constituição da ASMUBIP às pressas representa um dos perigos salientados por Little (2002) e que devem ser levados em conta no processo de planejamento ou

implementação de projetos de etnodesenvolvimento<sup>16</sup>. Trata-se do perigo que vem sendo chamado de “projetismo”, que representa uma forma peculiar de desenvolvimento em que as ações precisam ser “traduzidas” em um “projeto” para o seu possível financiamento. Neste caso, a própria criação da entidade mobilizadora foi impulsionada por este “projetismo” e uma análise mais acurada das ações da ASMUBIP desde a sua criação mostra que a entidade vem Tateando sempre neste sentido. Esta atitude representa uma fragilização do movimento, uma vez que a subordinação a um modelo ocidental, burocrático e de curto prazo implica em limitações na forma como os agentes locais lidam com seus problemas cotidianos.

Little (2002) expõe ainda os perigos da cooptação do grupo local por entidades ou forças maiores, o que interpreto como não excludente das estratégias de interação regional, nacional, continental e internacional. O terceiro perigo listado pelo autor consiste em um novo tipo de paternalismo, em que uma entidade ou organização externa acaba por engessar os contatos do grupo local, por exercer um monopólio sobre estes contatos e comprometer a autonomia cultural<sup>17</sup> do grupo local. Sobre estas associações, Almeida citando “Sobre os Sindicatos”, de Lenin, afirma que:

As associações, a molde das *unidades de mobilização* aqui estudadas, nunca sobrevivem muito tempo e tampouco funcionam num mesmo nível de atuação e organização, sendo bastante suscetíveis à desmobilização, dado que só uma efervescência extraordinária e geral pode permitir que sejam possíveis e eficazes. Seriam vistas, sob este prisma, como “movimentos de circunstância”, espontâneos e de feição contingencial, distinguindo-se do caráter organizado e permanente das lutas sindicais. (Almeida, 1994, p. 530).

Contudo, Almeida ressalva que é necessário relativizar os possíveis pragmatismos e também as análises formais e tributárias do economicismo, extrapolando as interpretações “algo genéricas” sobre estas associações. Portanto, “o poder destas unidades (*unidades de mobilização*)<sup>18</sup> revela-se incomodativo pelo caráter democratista que às vezes contraria a vontade de se falar em termos de consciência de classe, estrito senso”. (Almeida, 1994, p. 531). Assim, a ASMUBIP foi criada para propor uma organização econômica das Quebradeiras de Coco e tem como principal viés mobilizador a busca pelo reconhecimento da luta pela sociedade civil. A ASMUBIP se converte em um instrumento poderoso de afirmação pelo qual aquelas trabalhadoras extrativistas se posicionam como produtoras de conhecimento

---

<sup>16</sup> O etnodesenvolvimento será abordado mais à frente.

<sup>17</sup> A autonomia cultural conforme exposta neste trabalho não constitui ameaça à soberania nacional nem consiste em movimentos separatistas, mas sim em garantir a identidade local que dirige as ações que podem conduzir ao etnodesenvolvimento.

<sup>18</sup> Grifo meu.

e de reflexões acerca do ambiente onde vivem, percebendo e respeitando a dinâmica própria deste ambiente e estabelecendo uma relação interespecífica com os babaquais. Compromissos estes preconizados pelos documentos-base da CMMAD (1991) quando esta afirma que o desenvolvimento sustentável é possível a partir do atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras também atenderem as suas.

Quase um ano após a constituição da ASMUBIP, em 30 de outubro de 1993, 16 mulheres da microrregião de Sete Barracas<sup>19</sup> realizaram uma assembléia para avaliar o trabalho da entidade. O descontentamento é explícito tendo por base a leitura da ata e, por ela, é possível perceber um engajamento tanto com a atividade da quebra do coco, quanto com a manutenção do movimento como estratégia para a conquista de benefícios materiais, a exemplo de recursos públicos e também para o reconhecimento da identidade das Quebradeiras de Coco. A expectativa de que o preço do coco melhorasse a partir da criação da ASMUBIP e a manutenção dos mesmos patamares no último ano foi colocada como uma decepção. O poder transformador do movimento estava sendo posto em xeque já em seu primeiro ano de existência. Mas o discurso, a articulação e a identidade já podem ser percebidos com mais força.

A construção do discurso socioambiental, ou seja, a utilização de uma linguagem que aproxima preocupações sociais e ambientais, já é manifesta na assembléia de 1993, quando registrou-se o anseio de que a ASMUBIP denunciasse a derrubada das palmeiras, uma vez que tal prática comprometeria o futuro do babaçu e, conseqüentemente, das Quebradeiras de Coco. Tal afirmação é referendada pela coordenadora geral da ASMUBIP, eleita em assembléia geral ordinária realizada na sede da AMB nos dias 11 e 12 de dezembro para o período de 12 de dezembro de 2003 a 12 de dezembro de 2006, Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, quando esta sustenta que a quebra do coco é apenas uma das atividades das mulheres da ASMUBIP que, sendo trabalhadoras rurais, cuidam das roças, da casa, da organização política e de outros afazeres cotidianos. Ainda segundo Raimunda Nonata, a ASMUBIP abrange 11 municípios, com 38 núcleos fundados e cerca de 730 associadas, colocando em evidência que nem todas sobrevivem exclusivamente da quebra do coco. As informações de Raimunda Nonata foram repassadas em entrevista para este trabalho na sede da Fetaet, em Palmas, em 24 de junho de 2003. Mas no trabalho de campo realizado em São Miguel do Tocantins, onde está instalada a prensa da entidade, o manuseio de documentos

---

<sup>19</sup> Microrregião que tem sede no PA Sete Barracas, criado em 1986, quando foram assentadas 27 famílias.

mostra que há a necessidade urgente de sistematizar estes dados pois não há registros de ex-sócias – muitas estiveram presentes em somente uma reunião e na própria assembléia geral ordinária que elegeu a atual coordenadora-geral, o quórum somente foi alcançado em terceira convocação, sendo que das 150 sócias então aptas a votar cadastradas, 72 se fizeram presentes, segundo números da ata da assembléia. Esta dificuldade de mobilização registrada na maioria das entidades de organização popular se intensifica na ASMUBIP, que vive momento de déficit orçamentário. A ASMUBIP teve, entre janeiro e outubro de 2003, segundo prestação de contas realizada em 12 de dezembro de 2003, receita de R\$ 19.374,88 e despesas que totalizaram R\$ 23.948,21, ou seja, um saldo negativo de R\$ 4.573,33.

### 3.2 Generalizando o localismo das reivindicações

As relações que as mulheres Quebradeiras de Coco estabeleceram com os babaçuais já podem ser designadas como a cultura do babaçu uma vez que “existe uma *tradição viva*, conscientemente elaborada” que passa de geração para geração e que permite “individualizar ou tornar singular e única uma dada comunidade relativamente às outras” (DA MATTA, 1987, p. 48). Esta maneira única de lidar com o ambiente dos babaçuais tem sido marcada pelo aproveitamento integral e uso comum dos recursos naturais. Considerando-se que preocupações como o uso sustentável de recursos naturais têm norteado grande parte das tomadas de decisões, faz-se mister o exame da diversidade de relações possíveis entre humanos e não humanos, sendo que esta visão cosmológica das Quebradeiras de Coco se materializa em uma reciprocidade entre humanos e não humanos.

Estado integrante da chamada Amazônia Legal, o Tocantins possui movimentos organizados que têm nos STRs uma de suas maiores expressões. A forma de organização, verificada entre as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, escapa, segundo Almeida (1994, p. 521) “ao sentido estrito de uma organização sindical e às formas de enquadramento urdidas pelo estado”, talvez por ser este um movimento popular, citando Camacho *in*. Scherer-Warren e Krischke (1987), cuja principal característica está na categoria de novos movimentos, fundamentalmente pluriclassista e insurgida do povo<sup>20</sup>. Almeida, caminhando na mesma direção, fala de conflitos localizados que se agravam até um ponto de extrema tensão e criam condições favoráveis à “aglutinação de interesses específicos de grupos sociais diferenciados”. As Quebradeiras de Coco seriam um destes grupos que lutam para se manter, diante da homogeneização conceitual e de políticas públicas, em sintonia com os STRs, mas sem perder suas características específicas.

Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas (destes grupos) condições materiais de existência, são momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador da ação do Estado. (...) Sem representar necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, tais grupos têm-se organizado em consistentes *unidades de mobilização*, não somente na Amazônia, mas em todo o país. (...) Mesmo com todas as diferenciações e desigualdades que porventura encerrem, mobilizam-se pela manutenção das condições de vida preexistentes aos mencionados programas e projetos. (ALMEIDA, 1994, p. 521).

Esta ameaça a perdas de direitos, no caso das Quebradeiras de Coco o uso comum dos babaçuais, faz insurgir uma ruptura na combinação, até então estável, de recursos naturais e

---

<sup>20</sup> Aceito a categoria povo como a estabelecida por Karl Marx, para quem trata-se de uma parcela da sociedade sujeita à exploração, pela via dos meios de produção, e à dominação, pela esfera ideológica.

exercício de atividades elementares, como a quebra do coco babaçu e o seu aproveitamento integral. Exatamente esta ruptura de estabilidades, de acordo com Wolf, citado por Almeida (1994, p. 522), pode ser encarada como o “prenúncio de uma crise ecológica sem precedentes”. Neste ponto, voltamos a citar Sachs (2002) para sustentar que não se trata de voltar aos “modos ancestrais de vida” ou de querer manter padrões de subsistência que comprometam a conquista de equidade social, mas sim valorizar os conhecimentos destes diversos grupos, aglutinados circunstancialmente em função do momento de tensão, como estratégia para se promover conjuntamente a igualdade de oportunidades, não comprometendo a necessária existência da pluralidade e a sobrevivência do ecossistema dos babaçuais.

Assim, as Quebradeiras de Coco fortalecem a atividade babaçueira que encerra conhecimentos específicos, cultura e tradição, ao criar uma categoria distinta da universalização proposta por outras categorias, como “povos das florestas” ou “trabalhadores rurais”, que sugerem políticas públicas uniformes para grupos supostamente homogêneos, quando sabemos que “camponês”, para citar um exemplo, designa uma variedade de grupos. Por outro lado, estas mesmas Quebradeiras de Coco aceitam estrategicamente a categoria universalizante de “trabalhadoras rurais” nos momentos de mobilização para o exercício da coerção e pressão na luta por manutenção de direitos mais gerais, como uma reforma agrária que contemple os interesses dos “trabalhadores rurais”. Dessa forma, verificamos a presença insistente da Quebradeira de Coco Raimunda Gomes da Silva na Secretaria da Mulher do CNS, ou a vinculação sempre citada pela presidente da ASMUBIP, Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, desta Associação aos STRs do Bico do Papagaio. Estas estratégias vão ao encontro do que defende Almeida (1994) quando este discute a universalização e o localismo nos movimentos sociais na Amazônia.

As *unidades de mobilização* possuem força e coesão para os enfrentamentos diretos e reivindicações localizadas. Exemplos interessantes são os “empates” realizados pelos seringueiros na Amazônia e o impedimento pelas Quebradeiras de Coco da instalação de uma indústria de palmito de babaçu em São Miguel do Tocantins, em 2003. De acordo com Almeida (1994), ao promover mudanças nos padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e instâncias de intermediação estas *unidades de mobilização* generalizam o localismo das reivindicações e ampliam seu poder de barganha com o Estado, gerando movimentos de maior abrangência, a exemplo, neste caso, do MIQCB.

Viver diariamente como se estivéssemos em uma democracia, não se deixando alienar e realizando atos de solidariedade, é, segundo Kärner *in*. Scherer-Warren e Kischke (1987), a forma como os novos movimentos sociais, especialmente os localizados na América Latina, atuam. Tratar a organização das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio segundo as definições dos novos movimentos sociais é compreender que esta luta aberta e decidida pela superação das condições político-econômicas causadoras da alienação entre aquelas mulheres pode conduzir à “revolução no cotidiano” à medida que a lógica utilizada é a do respeito à capacidade de reprodução dos babaquais e a busca pela equidade social através de atividade extrativa viável economicamente.

Ao debruçarmos o olhar sobre esta organização, estamos inevitavelmente falando de sociedade política, onde as contradições se resolvem com decretos ou leis de acatamento obrigatório ou em última instância, sob coerção pública. No caso das Quebradeiras de Coco do Tocantins, a ação pode ser elucidada com os exemplos da busca insistente pela criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte, que possibilitaria o exercício da atividade babaqueira naquela área; a luta pela aprovação da Lei do Babaçu Livre não só nos municípios isoladamente, mas em âmbito regional e nacional, como estratégia para garantir o livre acesso e uso comum dos babaquais; a aprovação de leis que declaram de utilidade pública áreas babaqueiras e outras ações reivindicadas cotidianamente pelo MIQCB, pela ASMUBIP e por outros grupos sociais presentes no Bico do Papagaio. Um exemplo específico foi a carta aberta encaminhada pelo MIQCB ao Presidente da República em 13 de janeiro de 2005. Divulgada como Carta de São Luís, o documento denuncia os desmatamentos constantes e progressivos realizados em áreas de babaquais e sugere medidas legais emergenciais para conter estas derrubadas.

Este mesmo exemplo pode ser usado para se dirigir o olhar sobre a atividade babaqueira compreendendo-a como inserida e parte não mais da sociedade política, mas da sociedade civil, onde o jogo é mais difuso e as contradições tendem a se resolver com o uso de mecanismos como a persuasão e a pressão. A Carta de São Luís é aberta e foi tirada a partir de encontro, realizado na capital do Maranhão, pelo Movimento Interestadual, com representação de todos os Estados onde está presente o MIQCB, inclusive o Tocantins. Ao dar amplitude à discussão o movimento lança mão da pressão e do poder de persuasão para lograr mudança no âmbito do Estado. Há aí a passagem das lutas corporativas, como a Lei do Babaçu Livre em um único município ou aquisição de máquinas para uma associação específica, para as lutas políticas. Visando preservar a atividade babaqueira, as mulheres Quebradeiras de Coco reivindicam respeito ao meio ambiente, oferecendo argumentos para uma transição que conduz à constituição do movimento popular, que tem como principal questionamento o regime de dominação. Segundo Camacho, é este movimento popular, que se utiliza da coerção e da

pressão, que reivindica “um projeto político alternativo, quando não está no poder, o qual passa a ser oficial quando logra acesso ao poder” (SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987, p. 220). Ainda de acordo com Camacho (1987, p. 221) “o movimento popular tem um momento de constituição, que é aquele em que passa de uma relação desarticulada entre os diversos movimentos a uma ação permanente, estruturada e com objetivos políticos”.

Assim, é possível afirmar que as Quebradeiras de Coco já estão organizadas enquanto movimento popular desde fins da década de 1980, quando foi criado o MIQCB, que é a síntese e articulação dos vários movimentos isolados. Essa convergência dinâmica de lutas pela transformação do Estado e pela destruição do sistema de dominação e exploração está pautada, no caso das Quebradeiras de Coco, pela conquista de equidade social e preservação ambiental, o que conduziria ao desenvolvimento sustentável. É fundamental reforçar nesta abordagem que o “único” caminho plausível para uma interpretação científica dos movimentos populares e, em geral, de todos os movimentos sociais, segundo Camacho *in*. Scherer-Warren e Krischke, “consiste em considerá-los, dinamicamente e em toda a sua complexidade, com referência às classes sociais” (1987, p. 224). Isso porque a categoria movimento popular refere-se a uma dinâmica social constituída por uma vontade coletiva e o povo, como sujeito de ação histórica, não se encontra à margem das classes.

Pode-se observar, assim, que os movimentos populares devem, necessariamente, ser considerados a partir da dinamicidade própria da organização concreta, com seu cotidiano de lutas revolucionárias. Também a própria construção da categoria popular apresenta-se dinâmica e em constante movimento. É preciso ressaltar, neste ponto, que ainda é tarefa a ser realizada a construção de uma tipologia que possibilite encontrar chaves mais concretas de interpretação para este conjunto de fenômenos tão diversos, que são os movimentos populares.

### 3.3 Babaçu Livre: libertar o coco é libertar vidas

A garantia de acesso e uso comum dos babaçuais pelas Quebradeiras de Coco e suas famílias tem sido a principal luta corporativa da organização das mulheres extrativistas no Bico do Papagaio. As relações estabelecidas com os babaçuais são específicas e reivindicam situação preexistente aos cercamentos e apropriação das áreas de ocorrência dos babaçuais. Dessa forma, para estas trabalhadoras, a noção de propriedade apresenta peculiaridades não concebendo a terra como bem absoluto, ao contrário, “as árvores são mais importantes que a própria terra, considerada como solo”, conforme descreve o pesquisador Shiraishi Neto. Em seu trabalho “Babaçu Livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas”<sup>21</sup> (in. ALMEIDA, 2001, p. 52), ele faz um apanhado interessante da legislação que protege os babaçuais, bem como dos instrumentos utilizados pelas Quebradeiras de Coco para garantir o acesso e uso comum da vegetação, que são os Projetos de Assentamento Extrativistas e as Reservas Extrativistas, sendo que por esta pesquisa é possível perceber que o Tocantins e o Pará ainda apresentam um vácuo muito grande em termos de leis de proteção aos babaçuais quando comparados com o Maranhão e o Piauí, os outros dois estados de abrangência do MIQCB.

A mobilização das mulheres Quebradeiras de Coco em torno da criação de legislação específica que garanta o acesso e uso comum dos babaçuais já resultou, no Bico do Papagaio, à aprovação da chamada Lei do Babaçu Livre no município de Buriti do Tocantins, por exemplo. O projeto foi apresentado à Câmara de Vereadores do município em junho de 2003 e aprovado, com alterações, no mesmo mês. De acordo com o autor do projeto, o então vereador Erismar Sousa Lima (PT), foi verificada na cidade derrubada desenfreada do babaçu e daí surgiu a necessidade de uma atitude para controlar a devastação. O vereador discutiu o projeto com representantes da ASMUBIP e argumentou que o babaçu “não tem só função econômica, ele tem também uma função social e cultural para estas famílias”<sup>22</sup>. Em que pese o argumento social e cultural do projeto, o mesmo não foi aprovado na íntegra e, embora o coco não possa ser comercializado inteiro na área municipal, a proibição do uso de veneno nas palmeiras foi um dos itens retirados do projeto original, que previa também derrubada que

---

<sup>21</sup> Resultado de pesquisa realizada no âmbito do MIQCB, preparado para apresentação no Congresso da LASA - Latin American Studies Association, Hyatt Regency Miami, 16 a 18 de março de 2000.

<sup>22</sup> Entrevista concedida em Buriti do Tocantins, em 21 de março de 2004.

garantissem uma palmeira adulta a cada 100 metros quadrados e este número foi reduzido para 50 palmeiras adultas por hectare.

Realmente, não vi nenhum sacolão<sup>23</sup> da Tobasa durante minha estada em Buriti do Tocantins, mas bastava romper a fronteira municipal para já verificar os enormes sacos com babaçu inteiro à beira da estrada aguardando o caminhão da empresa para recolhimento. A ineficiência destas legislações municipais foi observada pela Quebradeira de Coco Maria Senhora Carvalho da Silva, para quem a Lei do Babaçu Livre “é uma coisa boa, mas se fosse aprovada para toda a região do Bico, não só numa cidade ou outra”<sup>24</sup>. Especialmente sobre a lei aprovada em Buriti do Tocantins, ela manifestou-se da seguinte forma: “O Buriti aprovou, mas aprova e não aprova”, ressaltando as emendas ao projeto original, a dificuldade do poder público municipal manter uma fiscalização eficaz e também as restrições limitadas à área de apenas um município de uma região rica em babaçuais, como é o caso do Bico do Papagaio.

A desigualdade na distribuição de terras naquela região, como acontece, aliás, em todo o Brasil, aliada à visão peculiar das Quebradeiras de Coco, para quem “o babaçu não tem dono, nem nasceu pra dominação nenhuma” (CASB, 2003, p. 3), como afirmou a Quebradeira de Coco do Maranhão Antônia Pereira da Silva, resultou no que elas designam como a luta pelo Babaçu Livre. Considerando terra de “coco liberto” as áreas, públicas ou particulares, em que elas podem entrar para quebrar o coco, o movimento organizado das Quebradeiras de Coco mostrou-se atento para a conquista de uma legislação ampla que possibilite este acesso.

O município de Lago do Junco (MA) foi o primeiro a conseguir a aprovação da Lei do Babaçu Livre. A AMTR de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues iniciou o trabalho pelo livre acesso aos babaçuais e, em 1997, conseguiu a aprovação do Projeto de Lei nº 32/99. Em dezembro de 1999 em Esperantinópolis foi aprovada a Lei nº 255/99 e em setembro de 2001 São Luiz Gonzaga do Maranhão teve aprovada a Lei 319/2001. No Maranhão, as Quebradeiras de Coco estão amparadas pela Lei Estadual nº 4.734/86 que proíbe a derrubada da palmeira, mas no Tocantins ainda não há legislação estadual com esta garantia.

A própria expressão “babaçu livre”, que se tornou uma bandeira de luta da mobilização das Quebradeiras de Coco, compreende o pleno acesso das trabalhadoras

---

<sup>23</sup> Sistema adotado pela Tobasa pelo qual um comprador adquire o coco inteiro com as Quebradeiras de Coco a um preço imposto, não negociável e baixo. Inviabilizando, assim, o aproveitamento integral do babaçu e desconsiderando a dificuldade de se coletar o coco inteiro. Transformando, inclusive, a Quebradeira em coletora de coco babaçu.

<sup>24</sup> Entrevista concedida na sede da Fetaet, em 14 de junho de 2004.

extrativistas aos babaçuais sem quaisquer interdições. Seguindo a lógica do “babaçu livre” há uma separação conceitual nele incidente. Esta distinção, de acordo com Almeida (1995, p.13) preconiza que “os babaçuais seriam de uso comum e aberto, mesmo quando ocorrem em áreas privadas ou em extensões tituladas”, sendo que não há um número determinado de árvores para cada trabalhadora extrativista como ocorre com os seringueiros na Amazônia. Ou seja, no caso do “babaçu livre” tanto o acesso quanto o uso são comuns. A sistematização desta forma peculiar de perceber a propriedade e o uso comum dos recursos naturais teve início com as mobilizações que, em 1989, passaram a constituir um movimento que se estrutura segundo critérios organizativos múltiplos, apoiados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica heterogênea.

Afirmando sua identidade, as Quebradeiras de Coco oferecem contribuição para desvincular as atividades agroextrativistas do objetivo de subsistência na medida em que, organizadas, estabelecem contatos com empresas e entidades internacionais e agregam valor à matéria-prima com instrumentos próprios de trabalho. Ao agir desta forma, as Quebradeiras de Coco contribuem para a construção de uma relação linear entre humanos e não-humanos, respeitando a resiliência dos babaçuais e garantindo a sobrevivência a quem depende das atividades extrativas. Segundo Almeida, elas:

Compreendem mobilizações em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, não obstante privilegiarem o extrativismo, uma atividade tradicionalmente complementar e acessória às tarefas de cultivo referidas à chamada roça. (ALMEIDA, 1995, p. 14).

Até se chegar à formatação da proposta legal definida como babaçu livre, as Quebradeiras de Coco enfrentaram muitas dificuldades e já manifestavam o anseio para a liberdade de acesso às áreas babaçueiras. A declaração de Raimunda Gomes da Silva elucida esta luta:

O babaçu tava aí e a gente tava quebrando. Aí começou a derrubar o babaçu, começamos a brigar porque se nós não brigasse pelo babaçu aí ficava pior ainda. Muitas vezes, na Morada Nova, na Santa Luzia, as companheiras ajuntaram os filho, os marido, as mulher se juntaram e ficava na frente do trator. (...) Foi isso que empatou derrubar aquelas palmeiras. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM PALMAS, 2004).

O próprio uso da expressão “empate” pela Quebradeira de Coco pode ser interpretado como uma manifestação de engajamento com outras comunidades extrativistas, no caso os seringueiros da Amazônia, que realizaram os empates para impedir a derrubada da floresta. Foi este engajamento e a aproximação com ONGs e entidades ligadas à organização popular que conduziu toda a discussão que culminou na elaboração, pelo MIQCB, da proposta que se

converteu em projetos de lei do babaçu livre. Atualmente, o Movimento Interestadual se articula em esfera federal para conquistar a proteção especial aos babaçuais em todo o Brasil, mas o projeto aguarda há mais de quatro anos nas gavetas do Congresso Nacional.

O Ministério do Trabalho, com o argumento de que pretende viabilizar as ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das áreas de babaçuais, criou em 22 de julho de 1999 o Grupo de Trabalho Babaçu. O GT é composto pelo MIQCB, Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, Ibama, através da Diretoria de Áreas Protegidas e CNPT, Secretaria da Mulher Trabalhadora Extrativista do CNS e o Grupo de Trabalho Amazônico. O GT desenvolve e acompanha a formulação e implementação de normas, instrumentos e ações ambientais direcionados às comunidades extrativistas das Quebradeiras de Coco babaçu e promove estudos para formular programas ambientais que possam garantir o objetivo de sustentabilidade proposto.

A conquista destas mulheres que, entre tantas cantorias que entoam para suportar o cotidiano da quebra do coco, levantam a voz para dizer “ninguém escuta meu grito, desconhece o meu sufoco, escondida lá no mato, com fome quebrando coco”, não pode ser escondida. E a Quebradeira de Coco Maria Alaídes afirma que “só o fato da gente dizer a palavra babaçu livre, para entrar e sair, coletar e quebrar, já é uma mudança muito grande” para manifestar que, apesar da luta diária ser árdua, as conquistas já começam a se mostrar.

### 3.4 Resex: alteração concreta na estrutura social

Um instrumento legal que pode contribuir para o pleno exercício do extrativismo e ser um aliado para a preservação ambiental são as Reservas Extrativistas, possíveis desde 18 de julho de 1989 com a edição da Lei 7.804. Criada conforme idealizações da mobilização dos seringueiros da Amazônia, a Lei ainda esbarra em questões localizadas que inviabilizam sua efetivação. As Resex são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais. Nestas áreas é possível equilibrar os interesses ecológicos de conservação ambiental com os interesses sociais de melhoria de vida das populações locais e os interesses econômicos de uso comum dos recursos naturais. O conjunto destes interesses é defendido pelo economista francês Ignacy Sachs, quando este fala dos três pilares para o desenvolvimento sustentável que são o atendimento simultâneo dos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

O conceito de Reserva Extrativista foi discutido pela primeira vez, em 1985, em Brasília (DF), durante o Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. As Resex seriam criadas em terras de propriedade do Governo Federal cujo uso seria controlado pelas associações comunitárias de seringueiros e outros moradores tradicionais da floresta. Em troca do manejo da terra de forma a proteger a integridade total da floresta, eles teriam controle sobre coleta e destino final dos produtos florestais. Quem teve um papel importante no desenvolvimento desta proposta, foi o sindicalista Chico Mendes<sup>25</sup>.

O Decreto Geral das Reservas Extrativistas (nº 98.897/90) estabelecendo a base legal para futuras Reservas foi promulgado no Brasil em 1990. Hoje existem no Brasil muitas Resex, as maiores são Alto Juruá e Chico Mendes, no Acre. A Reserva Alto Juruá tem 5.061,86 km<sup>2</sup> com 6.000 moradores, Chico Mendes tem 9.705,57km<sup>2</sup> com 1.250 moradores.

Poder-se-ia afirmar, então, que as Reservas Extrativistas são uma materialização do desenvolvimento sustentável? Penso que a resposta seja não uma vez que o conceito não é capaz de abarcar em si todas as diversidades da realidade onde está a Resex. Por se pretender universal, o conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido por Sachs não considera que o que pode ser viável economicamente para uma sociedade pode não o ser para outra,

---

<sup>25</sup> O seringueiro, sindicalista e ativista ambiental Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, foi assassinado no dia 22 de dezembro de 1988, Xapuri (AC).

sendo possível seguir o mesmo raciocínio para a relevância social e a prudência ecológica. A criação das Resex pelos poderes constituídos a partir de critérios que nem sempre envolvem a comunidade local mantém a ação no nível do discurso e, conseqüentemente, não produz os efeitos desejados.

Foi exatamente o que aconteceu com a assinatura do decreto 535/90, em 20 de maio de 1992, para a criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins, com uma extensão de 9.280 hectares e população estimada em 2 mil habitantes. A forma como foi conduzida a assinatura do decreto mostra que a ação não passou de uma jogada de *marketing* ecológico do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Conforme Almeida (2001, p.59), faltando apenas alguns dias para a abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92 no Rio de Janeiro, Collor decretou a criação de cinco Reservas Extrativistas, quatro delas para a atividade extrativa do babaçu, sendo uma no Extremo Norte do Estado do Tocantins, região conhecida como Bico do Papagaio. Todas estas Resex, à exceção da Reserva Extrativista Quilombo do Frechal, no Estado do Maranhão, tiveram seus decretos de criação caducados em 1994, pela impossibilidade de os Estados impetrarem ações de desapropriação contra os eventuais proprietários das áreas. Seguindo as normas do Direito brasileiro, estas ações de desapropriação devem ser interpostas pelo Estado no prazo máximo de dois anos após a assinatura do decreto para os casos de interesse social e cinco anos para os casos de utilidade pública.

Posteriormente, representantes do CNPT/Ibama se deram conta de que o que entrou em caducidade foi o processo e não o decreto de criação das Resex. Se deslocaram então até o Bico do Papagaio e propuseram a criação de uma comissão mista para discutir a criação da Resex do Extremo Norte. Após desconfianças por parte dos trabalhadores rurais moradores da área, formou-se a comissão com representantes do Governo Federal, Governo do Tocantins, fazendeiros, entidades organizadas do Bico do Papagaio e trabalhadores rurais, entre eles, Quebradeiras de Coco babaçu.

Como a escolha da área da Resex havia sido feita de forma burocrática e aleatória, a partir de sobrevôos de técnicos sobre a região, após a constituição da comissão a localização da Resex foi deslocada de Augustinópolis/Sampaio para Carrasco Bonito com o propósito de atender à comunidade extrativista que realmente vive na região, sendo que estes moradores criaram uma Associação em 18 de agosto de 2001, que conta com 40 associados, específica para discutir a importância do instrumento. Atualmente, a efetivação da Resex, que deverá

atender uma população de 800 indivíduos que se dedicam ao extrativismo do babaçu e do pescado, já conta com um mapa prévio, mas depende das ações de desapropriação das fazendas que existem na área. A Associação faz reuniões regulares e, de acordo com a discussão acompanhada para esta pesquisa, em 21 de março de 2004, no Centro dos Firminos, município de Carrasco Bonito, os moradores já estão conscientes da importância da preservação dos babaçuais e dos recursos hídricos da área como estratégia de convencimento do poder público estadual para as ações de desapropriação.

Entre produtores rurais, líderes religiosos e militantes de partidos de esquerda havia, na reunião de 21 de março de 2004, Quebradeiras de Coco interessadas em compreender o processo de criação da Resex e declaradamente dispostas a se dedicarem a este propósito. De acordo com Antônia, Quebradeira de Coco de Carrasco Bonito, a criação da Resex do Extremo Norte “vai ajudar as mulheres a desenvolverem cada vez mais sem precisar abandonar a quebra do coco”. Esta observação evidencia mais uma vez que o grande anseio não é a posse convencional da terra, mas sim o aproveitamento de recursos naturais de forma equilibrada e garantindo o sustento dos grupos familiares. A partir da observação do que vem ocorrendo no Tocantins, a luta para efetivar a criação da Resex do Extremo Norte, constata-se no cerne da relação entre Quebradeiras de Coco e babaçuais sinais de mudanças profundas na forma como os seres humanos, ocidentalizados e urbanizados, lidam com a natureza. Questionamentos como por que acumular se os recursos naturais finitos têm sua escala de vida ampliada à partir do respeito às capacidades de suporte e de regeneração, permeiam uma análise mais detida sobre a forma como as mulheres Quebradeiras de Coco lidam com o ambiente.

Na empreitada por construir uma relação com o ambiente que lhes garantisse a sobrevivência, as Quebradeiras de Coco acabaram por construir uma identidade própria e propostas de alterações na forma como a estrutura social percebia a atividade extrativa do babaçu. A busca de mecanismos legais e instrumentos de fortalecimento, a exemplo das Resex, são passos seguintes à conquista da identidade. As mulheres Quebradeiras de Coco passam a existir não apenas como elemento em si, mas fundamentalmente a partir de relações da integração que conseguem estabelecer entre suas ações e toda a estrutura social que as cerca.

### 3.5 Gênero e suas interseções

Ser mulher e Quebradeira de Coco no Bico do Papagaio significa muito mais que embrenhar-se nos cocais de babaçu para quebrar o coco, produzir e comercializar o óleo. Nesta realidade complexa há lugar para mulheres que procuram ampliar seus horizontes para além do mundo doméstico, se lançando na liderança política, convivendo com o que hoje é chamado de economia do babaçu e suas relações comerciais, conhecendo outras possibilidades de uso múltiplo do babaçu e ensinando a forma integral de aproveitamento mantida pelas comunidades babaçueiras. Há também espaço para mulheres que assumem a responsabilidade pelo grupo familiar a partir da quebra do coco ou conciliando a atividade com outras ocupações na roça ou ainda em serviços domésticos nos centros urbanos mais próximos. Desta forma, não é possível se falar em essencialismo feminino, muito embora seja fundamental dizer que abordar a questão de gênero é destacar as diferenças entre o masculino e o feminino, como se fossem categorias puras. Isso porque a dicotomia, geralmente aceita, entre natureza e cultura, tem o poder de situar tudo em um local de fala e enquanto ocidentais dificilmente conseguimos pensar no diferente sem trazer junto a noção de desigualdade.

Durante o trabalho de campo não foram poucas as mulheres que procurei inutilmente porque estavam participando de encontros, debates, mobilizações ou em busca de benefícios junto aos poderes instituídos. “Essas mulheres não param não”, foi o que disse Raimunda Gomes da Silva, quando consegui encontrá-la em São Miguel do Tocantins, na sede do CNS, de onde é secretária da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista desde 1995 e responsável pelo Memorial Chico Mendes, também do CNS, desde 2003. Ela havia acabado de chegar de Brasília, onde participara de discussões no Ministério do Meio Ambiente sobre a elaboração de projetos para o beneficiamento do babaçu. Ainda antes de retornar para São Miguel do Tocantins, onde mora, Raimunda Gomes da Silva havia pernoitado em Imperatriz (MA), onde um grupo de trabalhadores rurais e outras lideranças do Bico do Papagaio faziam vigília em frente ao fórum para acompanhar o julgamento de dois acusados de serem mandantes do assassinato de Pe. Josimo, no dia 10 de maio de 1986, em Imperatriz<sup>26</sup>. O assassinato de Pe. Josimo fez com que a atenção do País se voltasse para a região geográfica do Bico do

---

<sup>26</sup> Padre Josimo Moraes Tavares foi assassinado, após sucessivas ameaças denunciadas à polícia e à Igreja, pelo seu envolvimento com trabalhadores rurais contra a instalação de latifúndios na região do Bico do Papagaio. Quando morreu, em 1986, era vigário na paróquia de São Sebastião do Tocantins e coordenador diocesano da CPT. O júri popular citado neste trabalho foi encerrado na madrugada de 19 de março de 2004, em Imperatriz, e absolveu os irmãos Osvaldo e Nazaré Teodoro da Silva. A absolvição aconteceu por quatro votos a favor e três contra.

Papagaio e acabou por dar corpo à organização das mulheres Quebradeiras de Coco, até então incipiente, oportunidade em que travaram conhecimento com outras realidades e passaram a um processo contínuo de formação e organização.

Também merece menção o fato de não conseguir falar com Maria Senhora Carvalho da Silva, no Centro dos Mulatos, em Esperantina, onde reside, em função de esta encontrar-se em viagem e sem data marcada para retorno. Maria Senhora era, na época do trabalho de campo, presidente do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais, com sede no Centro dos Mulatos, e membro da Diretoria da Fetaet. Há que se destacar o importante papel desempenhado pela Fetaet que, por empenho de Raimunda Gomes da Silva, formalizou, no início da década de 1990, o “Projeto Mulher” destinado a apoiar as atividades das mulheres do Bico do Papagaio, visando contribuir nas articulações de gênero e preservação ambiental como estratégia para garantir a atividade extrativista. Segundo Silva *in*. Almeida (2001, p. 272) “o recurso para apoiar estas atividades foi liberado aproximadamente em meados de 1991”. Embora já conhecesse pessoalmente e já houvesse realizado inclusive entrevista com Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, não consegui conversar com ela na sede da ASMUBIP após assumir a coordenação geral da entidade em dezembro de 2003, ou em sua residência, em São Miguel do Tocantins, pois seu pernoite na cidade era intercalado entre uma viagem e outra para “resolver questões da ASMUBIP”.

Vereadora eleita para o mandato 2001/2004 em Sampaio, a Quebradeira de Coco Natividade Oliveira Costa faz referência direta à organização das mulheres:

Agora mesmo no dia 8 de março, nós fizemos o Dia Internacional da Mulher, aí pedimos a representação das Quebradeiras de Coco. Foi muito importante pra nós, (...), foi a primeira vez que a gente fez. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM SAMPAIO, 2004).

Esta articulação direta com o objetivo de aglutinar as Quebradeiras de Coco em torno das discussões de gênero é, na verdade, a ponta da organização, e não a base, se pensarmos em um esboço piramidal, uma vez que desde as conversas observadas durante a quebra do coco até a organização das mulheres em associações e cooperativas têm como justificativa transformar um trabalho tido como complementar à renda familiar, a quebra do coco, em atividade principal e capaz de construir uma categoria de gênero – a das Quebradeiras de Coco babaçu. Fortes no cotidiano de seu trabalho, as mulheres Quebradeiras de Coco expressam, com frequência, o preço pago pelo envolvimento com a articulação política advinda do movimento e com o trabalho duro da quebra do coco. Grande parte delas é a responsável pela manutenção do grupo familiar e afirma que “homem não quer saber de

Quebradeira de Coco não. Essas mulheres que vivem na lida e não na casa”, conforme disse Maria de Jesus, moradora do PA Sete Barracas, município de São Miguel do Tocantins. Ela fala da dor e do prazer de quebrar o coco, com a independência masculina e institucional que a atividade parece significar para muitas.

A gente sofre um pouco. Porque basta dizer que se você vai quebrar coco, você está arriscando tudo, é cobra, é levar um estrepada, é furar até olho porque você vai no mato e quando pensa que não você barra o olho no pau, o espinho fura o olho da gente. De bom o que tem é que a gente pra viver tem que lutar, porque a gente não quer pegar no que é alheio. E pra você ter aquilo, pra não precisar tá na casa do vizinho: ‘me arruma isso, me arruma aquilo’, você tem que se obrigar a trabalhar, e é isso que eu venho fazendo. Criei meus filhos tudinho quebrando coco. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM SETE BARRACAS, 2004).

Contudo, diante da impossibilidade, reconhecida por todas, de sobreviver hoje exclusivamente da quebra do coco, são muitas as que consorciavam a atividade com o trabalho na roça e a ocupação nos centros urbanos mais próximos. “Eu tô indo também pra rua, lavando roupa lá na rua, eu tiro um dia da semana pra mim ir, tem mais de três anos que eu trabalho lá na rua”, disse Maria de Jesus que, a despeito deste trabalho que a distancia dos babaçuais, destaca que é sócia da ASMUBIP, membro da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e mantém sua identidade como Quebradeira de Coco.

Sabedoras do quanto é agressivo aos homens a discussão de gênero e com a consciência latente de que “na boca do homem o epíteto ‘fêmea’ soa como um insulto” (BEAUVOIR, 1949, p. 25) aquelas mulheres que sentiram, desde quando engajadas nas organizações sindicais, o desejo de discutir questões específicas do cotidiano feminino agarraram-se ao ponto comum que as unia, o fato de serem todas Quebradeiras de Coco. Esta estratégia de organização é manifesta no depoimento de Raimunda Gomes da Silva.

Não podia puxar a questão só da mulher em si, só a mulher. Pra nós puxar a questão só da mulher isso dava conflito entre as famílias, entre o casal. Então nós discutimos eu, Maria Senhora, a Rose, a Eunice que era da CPT, e a Terezinha que era da Federação. Nós tem que puxar a discussão da mulher em cima de um trabalho. Fica mais fácil da gente levar esse trabalho em frente, porque o homem nunca quer deixar uma mulher ir para uma reunião, ainda hoje é assim. (ALMEIDA, 2001, p. 272).

Ser mulher e Quebradeira de Coco significa ter corpos constituídos culturalmente, uma vez que não são poucas as que falam de problemas de hérnia, devido ao peso do coco transportado nas costas; de coluna, em função não só do peso mas também da posição<sup>27</sup> em

---

<sup>27</sup> Sentadas no chão, geralmente em círculo, as Quebradeiras de Coco dobram um dos joelhos e firmam, com esta perna, o machado com o fio para cima. Posicionam o babaçu sobre o fio amolado com uma das mãos e com a outra batem várias vezes um pedaço cilíndrico de madeira até que o coco se parta deixando visíveis as amêndoas. Este trabalho é executado por várias horas seguidas após a coleta do coco.

que realizam a quebra do coco, e com dedos e mãos mutilados pelo uso do machado sempre muito afiado. Isso sem falar na pele castigada pelo sol. É todo um conjunto de práticas cotidianas que cria a mulher Quebradeira de Coco do Bico do Papagaio, distanciando-a do modelo imposto pela indústria cultural, mas afirmando uma identidade hoje reconhecida.

Assim, definir as Quebradeiras de Coco somente como mulheres socialmente organizadas é correr o risco de limitar a um termo que, embora logre ser exaustivo, “possui interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”, como coloca Butler (2003). Esta impossibilidade de separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida, ainda conforme teorização de Butler, foi detectada empiricamente pelas Quebradeiras de Coco, que afirmam não ser possível restringir o discurso da ASMUBIP, ou de qualquer outra entidade, à questão de gênero, sendo fundamental interagir a discussão. Quando diz “não podia puxar a questão só da mulher em si”, a Quebradeira de Coco mostra conhecer historicamente os movimentos organizados, que necessitam ser aceitos para resistirem ao tempo, e também a face múltipla da mulher trabalhadora agroextrativista migrante que lida com o coco babaçu e com todos os conflitos e conquistas que esta relação implica.

#### 4. BABAÇUAIS: CONCEITO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO

Sem desvincular ecologia e cultura, as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio têm pautado suas vidas pela ecologização do cotidiano a partir da introdução da dimensão ecológica nos vários campos da vida. O que é o meio ambiente para mulheres que retiram da relação diária com o babaçu seus conceitos e expectativas? O capítulo que se segue enseja lançar um olhar sobre o ambiente, este conceito socialmente construído, a partir desta perspectiva. A partir do momento em que constatarem e respeitem as diversidades cultural, econômica, social, ambiental, aquelas mulheres assumem o compromisso de valorização da autonomia dos grupos locais. Fruto desta ação é a forma como as Quebradeiras de Coco conseguem pensar os problemas globalmente e agir localmente, uma outra estratégia de organização que pode conduzir ao desenvolvimento sustentável. Isso porque, segundo as discussões correntes, a gestão endógena das ações redonda na sustentabilidade valorizando a diversidade cultural e a contextualização do conhecimento. A principal hipótese aventada no presente capítulo é de que a quebra da visão antropocêntrica, que tem o ser humano como referencial único, pode facilitar a compreensão da relação interdependente entre seres humanos e meio ambiente.

##### 4.1 A ecologização do cotidiano

As Quebradeiras de Coco têm sido ativas no processo de construção do ambiente do Bico do Papagaio. Um exemplo encontrado durante o trabalho de campo foi o Projeto Babaçu de produção autosustentável de energia elétrica em zona rural, instalado no PA Sete Barracas, em São Miguel do Tocantins, pela Unitins, com recursos do CNPq. O objetivo central da proposta era gerar energia elétrica para a comunidade a partir do uso de uma caldeira para a queima da casca do coco babaçu. O projeto deu início à sua fase experimental com a extração do óleo em agosto de 1999. À época, a produção era comercializada na cidade de Imperatriz (MA), a 12 quilômetros do PA Sete Barracas, com fábricas de sabão e outros empreendimentos que utilizam o óleo como matéria-prima, a exemplo da Haylander, Oleama e Ovil. Já a torta<sup>28</sup>, subproduto destinado à alimentação animal e que representa 35% do peso da amêndoa, era vendida na própria unidade de produção para pequenos produtores da região.

---

<sup>28</sup> A torta é a massa resultante da prensagem da amêndoa para a obtenção do óleo. É comum o seu uso como ingrediente de rações para bovinos, suínos e peixes.

As mulheres recolhiam o coco nas áreas do PA e proximidades e quebravam em um galpão construído pelo projeto com bancada de madeira e machado fixo. Os pesquisadores acreditavam que, assim, conseguiriam evitar parte dos problemas de coluna nas mulheres.

A experiência das Quebradeiras de Coco com o babaçu e a forma interligada e integral com que percebem seu uso, foi moldando o projeto original para que este se adequasse às necessidades reais da comunidade local. Com o fim do Projeto Babaçu, a aposentadoria do professor João Tango Shojiro, coordenador da iniciativa, e a ameaça de retirada das máquinas, as mulheres do PA se reuniram e decidiram reivindicar a permanência da estrutura, que hoje está sob responsabilidade do CASB e se ocupa principalmente da comercialização do babaçu, além de oferecer espaço e estrutura para o funcionamento do Clube Agrícola. Para facilitar a extração do óleo, a comunidade estava, à época do trabalho de campo, reivindicando uma rede de alta tensão de energia elétrica para movimentar a caldeira. Ou seja, o projeto de geração de energia a partir da queima da casca do babaçu mostrou-se insustentável, tanto porque a quantidade de casca para a queima exigida estava muito acima do potencial de coleta das extrativistas, quanto porque as bancadas eram de madeira e produziam um barulho ensurdecedor nas mulheres sem contar que não evitava os problemas de coluna uma vez elas deveriam trazer os sacos de coco para o galpão. Contudo, as Quebradeiras de Coco não rejeitaram completamente a proposta, ao contrário, fizeram adaptações e se utilizam hoje da estrutura para atender as necessidades da comunidade local. A observação de Maria de Jesus elucida a atuação daquelas mulheres:

Aí tem o comprador, aí a gente vai pega o coco, quebra e ele leva só o caroço e paga a gente. Hoje tá R\$ 0,60... Agora nós temos a máquina aí, os meninos tão comprando aí na máquina pra tirar o óleo. Esse projeto aí foi uma pesquisa do professor João Tango, que veio aqui fazer uma pesquisa... Depois foi feita uma reunião pra saber se a máquina voltava ou ficava... E aí a gente fez a reunião, sentou pra ver como é que ia fazer, e a máquina ficou pra continuar comprando o coco. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM SETE BARRACAS, 2004).

Assim, é possível se afirmar que a cultura que as Quebradeiras de Coco constróem no Bico do Papagaio tem aproximações com o que é chamado de cultura ecologizada, inclusive a partir da recodificação dos projetos exógenos. De acordo com M.A. Ribeiro (2000, p. 23), o verbo ecologizar “expressa a ação de introduzir a dimensão ecológica nos vários campos da vida e da sociedade”, sendo que a gestão interna ou endógena das ações é a principal característica para se conquistar a sustentabilidade ambiental. Mais que introduzir a dimensão ecológica nos vários campos da vida, as Quebradeiras de Coco não expressam uma compreensão ecológica destacada do cotidiano. Esta percepção é visivelmente orgânica, já

que para as Quebradeiras de Coco contactadas, elas dependem dos babaçuais e estes delas numa relação de reciprocidade e não como universos distintos e previamente pensados.

Numa cultura ecologizada, cada cidadão internaliza valores e comportamentos ecologicamente responsáveis, reduzindo as necessidades de controles externos para se obter um ambiente saudável e equilibrado. (RIBEIRO, 2000, p. 24).

A capacidade que as Quebradeiras de Coco têm de relacionar-se de forma sustentável com o ecossistema dos babaçuais pode garantir a permanência de ambos se concordarmos com Ribeiro quando este afirma que a ascensão ou queda das civilizações depende, dentre outras condições, desta capacidade. A base para o desenvolvimento sustentável é exatamente a “capacidade de perdurar ao longo do tempo, mantendo padrões de vida adequados” (RIBEIRO, 2000, p. 26), sem distinguir se estes padrões referem-se à vida de humanos ou não humanos.

Assim, a forma como as Quebradeiras de Coco se relacionam com o ambiente pode ser considerada estratégica, uma vez que é explicitamente elaborada a partir da compreensão de que o todo é maior e mais complexo do que a soma das partes e vai ao encontro de defesas de que as ameaças contemporâneas têm origem na “ecologia interior e pessoal”, portanto as mudanças devem começar em cada pessoa e se estender para a coletividade<sup>29</sup>.

No próprio discurso das lideranças é possível identificar que as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio crescem economicamente, segundo critérios de crescimento específicos da comunidade extrativista em questão, preservando a natureza. Uma das fundadoras da ASMUBIP e hoje vice-presidente da Fetaet e presidente do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais do Bico do Papagaio, com sede no Centro dos Mulatos, em Esperantina, Maria Senhora Carvalho da Silva, disse sobre a criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins que “a Reserva, ela não é uma Reserva que ela vai ser lá intocável, dando mais valor a um macaco lá do que a um ser humano. Vai ter um jeito de se trabalhar economicamente preservando e produzindo para alimentar”<sup>30</sup>. Este discurso manifesta como as Quebradeiras de Coco organizadas se relacionam com os instrumentos de conquista de condições que garantam a sobrevivência sem degradar o ecossistema, mas priorizando o ser humano. Há nestas estratégias de organização, pontos que conduzem ao fortalecimento da interação entre ambiente natural e seres humanos. Exemplos desta interação são as várias

---

<sup>29</sup> Idéias neste sentido foram explicitadas em um encontro realizado na Fundação Cidade da Paz, em 1989. FUNDAÇÃO CIDADE DA PAZ. Resultados do Simpósio A SOBREVIVÊNCIA DO BRASIL E DO PLANETA, Brasília, 1989.

<sup>30</sup> Entrevista concedida na sede da Fetaet, em Palmas, no dia 14 de junho de 2004.

manifestações espontâneas de Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, quando estas dizem que não podem derrubar ou queimar as palmeiras porque o babaçu é uma “mãe que dá o leite e outras coisas que precisamos para viver”, conforme afirmou Alice Alves Feitosa, conhecida como Nicinha<sup>31</sup>.

Como o ambientalismo é uma “questão importante a ser considerada no planejamento de desenvolvimento em escala global” (RIBEIRO, 1992, p. 81), para inserir no mercado os subprodutos do babaçu também as Quebradeiras de Coco passaram, notadamente a partir de contratos com grandes empresas nacionais e internacionais, a incluir esta “questão” em suas falas. Incorporando um discurso amplo, novo e que propõe soluções aos problemas que teorias como o marxismo, o socialismo real e o liberalismo, com ou sem o prefixo *neo*, não conseguiram resolver, as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, a partir da incorporação da noção de desenvolvimento sustentável, passam a atender a uma padronização exigida pelas convenções ambientalistas. Este atendimento torna-se mais um atrativo na relação com o mercado para a comercialização dos subprodutos do babaçu.

Esta capacidade de se adaptar ao mercado é a mesma dispensada ao trabalho com o babaçu. Devido à sazonalidade da produção das palmeiras, uma das alternativas encontradas pela ASMUBIP em São Miguel do Tocantins, por exemplo, foi criar um espaço específico para a exposição e venda do artesanato do babaçu. Utilizando-se da mão-de-obra familiar, incluindo filhos e marido, as Quebradeiras de Coco produzem colares, brincos, cintos e bibelôs que são vendidos em uma sala alugada pela Associação. A produção aumenta na entressafra do coco e as peças são comercializadas principalmente durante eventos, sejam eles locais, regionais ou nacionais, que contam com a participação das Quebradeiras de Coco. O que se observa nesta relação é uma flexibilidade espontânea que tem resultado em ações que podem ser interpretadas como marcos para o desenvolvimento sustentável.

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida no PA Sete Barracas, São Miguel do Tocantins, em 20 de março de 2004.

## 4.2 Etnodesenvolvimento e diversidade cultural

A constatação e o respeito às diversidades e ao multiculturalismo são possíveis a partir da ecologização do cotidiano. A adoção de um *habitus* que prevê as diferenças e considera a capacidade de regeneração, a chamada resiliência, pode promover mudanças defendidas pela teoria do desenvolvimento sustentável. Esta constatação tem conduzido ao reconhecimento de que o discurso universalista do desenvolvimento representa uma das “metanarrativas” que está em declínio, como sustenta Little (2002). A teoria do desenvolvimento é freqüentemente aceita entre os cientistas naturais com menos questionamentos que entre os cientistas sociais. Normalmente associado a mudança, evolução, crescimento, metamorfose, o conceito é carregado de implicações de valor, o que significa que um pesquisador deve perguntar: Desenvolvimento de onde para onde ou de quê para quê? Paralelamente a abordagens críticas do desenvolvimento surgem as etnociências. Este surgimento pode ser descrito da seguinte forma:

Outras abordagens críticas do desenvolvimento na antropologia tratam do conhecimento. Uma linha de análise coloca ênfase na maneira que os programas de desenvolvimento marginalizam e desqualificam os saberes e técnicas dos povos locais, produzindo assim um “crescimento da ignorância” entre ambos os grupos em interação (Hobart, 1993). Paralelamente floresce o campo de estudos da etnociência, questionando a partir de um piso empírico sólido o discurso universalista do desenvolvimento e da modernização. (LITTLE, 2002, p. 5).

Após uma análise do destino mutável que assumiu a noção de desenvolvimento, há que se questionar, como defende Stavenhagen (1985), a concepção linear evolucionista na forma de pensá-lo. Vale lembrar que esta concepção linear evolucionista predominou nas décadas de 1950, 1960 e 1970, quando foi feita a distinção entre crescimento econômico (aumento da produção nacional e da renda *per capita*) e desenvolvimento (partia de uma perspectiva mais ampla e institucional). Em função da linearidade do conceito, dizia-se à época que o crescimento é feito por estágios pelos quais os países deveriam passar e que dificilmente poderiam ser pulados. O reconhecimento de que o subdesenvolvimento era resultante de relações econômicas estabelecidas entre centro e periferia fez com que o conceito linear de desenvolvimento fosse transformado em um conceito relacional. Esta, que é considerada no universo científico uma mudança de paradigma, criou um fórum de reivindicações por uma nova ordem econômica internacional. Reivindicações que partiram dos países ditos periféricos e a responsabilidade histórica não chegou a ser assumida por nenhum país industrializado.

Embora algumas vozes dissonantes manifestassem preocupação com a construção desta nova ordem internacional, as tentativas de negociação global (a maioria conduzida pela ONU), não surtiram, até o momento, resultados significativos. Conhecida como teoria da dependência, uma nova forma de conceituar o desenvolvimento, segundo Stavenhagen (1985, p. 16), “parece escolher uma espécie de retirada do sistema internacional para acelerar um desenvolvimento nacional independente, seja de natureza capitalista ou socialista”. Contudo, a teoria da dependência parece ter perdido sua orientação, uma vez que os países capitalistas industrializados não estão em vias de se tornarem socialistas e nenhum país dito periférico conseguiu livrar-se do sistema mundial para inaugurar a via independente do desenvolvimento nacional.

Diante da crise das teorias do desenvolvimento e dependência, passou-se à busca por uma teoria que atendesse às necessidades locais básicas, aproveitando as chamadas tradições culturais sem destruir o meio ambiente. Essa alternativa de desenvolvimento foi chamada, no início da década de 1980, pelo pesquisador francês Ignacy Sachs, de ecodesenvolvimento e serviu de base para os estudos atuais sobre desenvolvimento sustentável. Preocupações como o fortalecimento da agricultura familiar, como um *mea culpa* pelos anos de esquecimento do campesinato como categoria fundamental na organização social, e a valorização da economia doméstica, fruto da reavaliação do papel das mulheres na dinâmica social e econômica, vêm à tona neste momento de busca por teorias alternativas.

A teoria do desenvolvimento impôs indicadores que consideram obstáculos ao desenvolvimento as instituições sociais tradicionais, a economia não monetária, a ausência de espírito empreendedor e relegou a discussão sobre as economias camponesas e das unidades domésticas, por considerar seus agentes invisíveis aos interesses do padrão capitalista de desenvolvimento. Esta mesma teoria desconsiderou a importância dos grupos étnicos<sup>32</sup> no pensamento desenvolvimentista. Embora a questão étnica seja manifesta, somente ramos especializados das ciências sociais ou da antropologia cultural têm se preocupado com o seu estudo. Os próprios conceitos de nacionalismo e estado-nação trazem em si noções de uniformização ou unificação de identidades e culturas. Neste sentido, e em nome da unidade nacional, o etnocídio, como política de destruição de identidade cultural de um grupo étnico é relativamente comum no Brasil. Exemplos como a perda de identidade das comunidades negras no Brasil e o massacre indígena, além da padronização das várias nações que faz

---

<sup>32</sup> Tomo emprestada a noção aceita pela Antropologia em que grupo étnico é toda população ou grupo social que apresenta homogeneidade cultural e lingüística, compartilhando história e origem.

parecer que indígenas e negros são todos iguais, podem ser úteis para elucidar essa busca pela unificação nacional brasileira. Este etnocídio deve ser distinguido dos processos espontâneos de aculturação e mudança cultural, mas serve para cotejar a apropriação que organismos nacionais e internacionais fazem da categoria das Quebradeiras de Coco.

As Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio são unânimes ao afirmar que, em um futuro que se aproxima esta será uma categoria extinta. Ao observar o movimento daquelas mulheres é possível notar o número insignificante de jovens. Ser Quebradeira de Coco extrapola o ato de ir para o campo quebrar o coco babaçu, se assim o fosse as empresas produtoras de óleo e derivados do babaçu já teriam produzido suas próprias Quebradeiras de Coco. A categoria envolve um conjunto de atitudes cotidianas que as diferencia das Não-Quebradeiras de Coco e também concepções específicas sobre o mundo, a vida, as responsabilidades interespecíficas, o que as torna um grupo social com homogeneidade lingüística e cultural.

Assim, embora as filhas das Quebradeiras de Coco não sejam Quebradeiras de Coco, elas estão engajadas no movimento popular reproduzindo o discurso das Quebradeiras de Coco. Maria Senhora Carvalho da Silva<sup>33</sup> lamentou o pequeno número de jovens no movimento, mas ressaltou que todas as suas filhas, embora não sejam Quebradeiras de Coco, estão atuando “uma no movimento negro, outra no sindicato dos professores, todas com sua luta”. Ela disse acreditar, por isso, que caso se consigam manter os babaçuais esta forma de lidar com os recursos naturais se manterá viva porque “hoje em dia as coisas estão muito casadas, o professor defende a Quebradeira, que defende o sem-terra, que defende o negro e assim vai”.

Tratar as Quebradeiras de Coco como grupo étnico é considerar que a ativação da etnicidade representa uma escolha racional de ação política, mais do que um retorno a sentimentos primordiais para definir uma comunidade étnica. Sendo agentes da sua etnicidade, as Quebradeiras de Coco, enquanto grupo social homogêneo, respondem a interesses do grupo. De acordo com Stavenhagen (1985, p. 39), “no Terceiro Mundo, os movimentos étnicos são, geralmente, de natureza progressista, principalmente porque surgem como uma reação contra a opressão e exploração”. Se considerarmos que este foi um dos fomentadores da articulação do movimento das Quebradeiras de Coco, podemos pensar no etnodesenvolvimento, isto é no desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida em Palmas, 2004.

mais amplas, como alternativa de sustentabilidade desta forma de ser. Muitos analistas sugerem que a consciência étnica desvia os grupos oprimidos de seus verdadeiros interesses de classe, mas a análise que compartilho é a de Stavenhagen (1985), que diz que seria muito simples reduzir a etnicidade à classe, uma vez que o próprio conceito marxista de classe uniformiza os grupos negando a pluralidade étnica, da mesma forma que é simplista negar o fator classe nas diversas formas de luta étnica.

Propor o etnodesenvolvimento como ponto de reflexão, teórica e praticamente, sobre o desenvolvimento é reconhecer a autonomia de um grupo, no caso as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, que emancipou-se ao compreender-se enquanto grupo étnico dentro da estrutura de classes vigente. Conhecer a “dinâmica étnica” das Quebradeiras de Coco é um trabalho incipiente diante do grande desafio que é a tarefa teórica de “integrar à teoria do desenvolvimento o nosso conhecimento confessadamente parcial sobre a dinâmica étnica” (Stavenhagen, 1985, p. 41). Assim, talvez fosse possível a construção de um Estado multinacional, multicultural, multiétnico, no qual as comunidades étnicas possam encontrar iguais oportunidades de desenvolvimento social, econômico e cultural dentro da estrutura mais ampla.

### 4.3 Do local ao global: a contextualização do conhecimento

Se os próprios babaquais podem ser considerados um conceito socialmente construído, a partir da organização das Quebradeiras de Coco, contextualizar o conhecimento deve ser passo *sine qua non* para a construção da equidade social, uma vez que não existe uma teoria totalmente descolada de fatos paroquiais. Desta forma, pensar relações externas à nossa realidade utilizando conceitos e raciocínios próprios do nosso grupo pode conduzir ao espanto e ao equívoco, além de não contribuir para o fazer científico. Assim, a busca por soluções para os problemas localizados nos leva a posicionar e pensar estes problemas em seus contextos particulares. Este raciocínio é defendido por Edgar Morin (2003, p.15) quando este afirma que “o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita”.

A contextualização do conhecimento não pode, contudo, estar amparada pela hiperespecialização que acaba por, ainda segundo Morin (2003), diluir o essencial e fragmentar em parcelas o global. Ligar e dar sentido aos saberes são princípios organizadores transdisciplinares que sinalizam para o uso equilibrado, comum e integral dos recursos naturais. Segundo Morin:

O desenvolvimento da aptidão para contextualizar tende a produzir a emergência de um pensamento ‘ecologizante’, no sentido em que situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente - cultural, social, econômico, político e, é claro, natural. (MORIN, 2003, p. 24).

Contextualizar e globalizar<sup>34</sup> o conhecimento a partir da compreensão de sistemas complexos é, sem dúvida, um grande desafio. A teoria geral dos sistemas foi formulada por Bertalanffy ao longo dos anos de 1950, e parte do fato de que os objetos da física, da astronomia, da biologia, da sociologia, átomos, moléculas, células, organismos, sociedades, astros, galáxias formam conjuntos de partes diversas que constituem um todo organizado. Considerando-se esta teoria e compreendendo que a idéia de sistema na ecologia foi introduzida e impôs-se sob a forma de ecossistema, ainda nos anos de 1960, é possível afirmar que também nos ecossistemas, enquanto sistemas complexos, o todo é mais que o conjunto das partes que o compõem. O conhecimento dos chamados “povos dos ecossistemas”<sup>35</sup> deve

---

<sup>34</sup> Para Morin (2003, p. 24), “todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, idéias, teorias, discursos”.

<sup>35</sup> Sachs toma esta expressão emprestada do livro de Madhav Gadgil e Ramachandra Guha, 1995, *Ecology and Equity – The use and abuse of nature in contemporary India*. Por povos dos ecossistemas, Sachs compreende os habitantes das florestas e a população rural.

ser considerado um todo complexo a ser examinado de maneira transversal. Este exame é possível somente a partir da transdisciplinaridade. Até porque, como observa DaMatta (1987, p. 12) “a sociedade não é algo destacável de seus movimentos”. Sendo seus movimentos a tecnologia, a educação e até a ciência há que se lembrar que não são lineares e automáticos como supunha a ideologia do progresso. Pensar os problemas globalmente e agir localmente são estratégias que podem fazer a diferença nos chamados movimentos socioambientais, como é tratada no presente trabalho a organização Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio.

Aquelas mulheres adquiriram, ao longo do tempo, técnicas para lidar com o babaçu e da atividade cotidiana extraem conhecimento que acaba por definir a forma como enxergam a vida. Orgulhosa do cofo<sup>36</sup> que havia acabado de confeccionar, Alice Alves Feitosa da Silva, a Nicinha, me disse sem constrangimento que, da mesma forma que eu dominava o “aparelho de gravar” (a conversa estava sendo gravada), ela dominava a técnica de trançar a palha do babaçu. “Você deve achar complicado, mas pra mim é muito simples”, disse demonstrando que conhece a técnica mas também se afirmando enquanto categoria e reconhecendo que os saberes estão condicionados ao local de fala em que são constituídos.

Outra maneira de expressar este saber está na própria formação das lideranças dentro do movimento sociopolítico das Quebradeiras de Coco. Atuantes em organizações externas ao babaçu, como os sindicatos e entidades que discutem questões rurais, de gênero, sobre o extrativismo, políticas públicas e meio ambiente, elas inserem em todos estes fóruns discussões que visam fazer conhecer e respeitar sua luta e organização.

Assim não é ao acaso, mas fruto de uma estratégia de sustentabilidade, que o Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais tenha à frente uma mulher Quebradeira de Coco, que o CNS tenha uma secretaria específica para tratar de questões de gênero ocupada por uma Quebradeira de Coco, que a Fetaet tenha Quebradeiras de Coco em sua direção, que os sindicatos de trabalhadores rurais, os partidos políticos e outras articulações locais tenham Quebradeiras de Coco em sua estrutura organizacional

Além da disseminação desta forma de ecologizar o cotidiano, própria das Quebradeiras de Coco, também faz parte do processo que visa a equidade social a busca de alternativas ao pensamento desenvolvimentista, que em nada contribui para a preservação

---

<sup>36</sup> Cesto bojudo e de boca estreita confeccionado com palha de palmeira, no caso a do babaçu. É também chamado de samburá em algumas regiões do Brasil.

ambiental e a conquista de igualdade de oportunidades. Duas abordagens são freqüentemente aceitas quando da discussão teórica: uma percebe o mercado como força reguladora do desenvolvimento, nos moldes da versão radical-liberal do *laissez-faire*, e uma outra, chamada de ecológico-tecnocrata de planejamento, defende que o Estado deve sempre intervir nas questões ambientais e sociais, através de seus planejadores, para que a sociedade possa ser “conduzida” de forma a alcançar o desenvolvimento. Como ambas negligenciam a participação popular nas decisões e no planejamento, uma terceira via é apontada por Frey e consiste no que define como abordagem política de participação democrática, sendo que por este entendimento, “o planejamento deve ser compreendido não apenas como *orientado* pelas necessidades da população, mas também como *conduzido* por ela” (FREY, 2001, p. 126).

Não obstante esta autonomia popular, uma sociedade sustentável exige, pelo menos por enquanto, um Estado ativo e facilitador. Neste caso, os projetos oriundos de organizações socioambientais e populares como a das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, teriam maiores possibilidades de serem executados e contribuir, assim, para melhorias nas condições socioambientais de uma considerável parcela da população<sup>37</sup> nos estados onde há incidência de babaçuais. Estas melhorias podem ser expressas em menos pressão do processo de expansão sobre a Floresta Amazônica e manutenção das condições naturais que influenciam o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas amazônicos e pré-amazônicos<sup>38</sup>.

Portanto, a participação do poder público, através de seus gestores e planejadores, não exime a autonomia reivindicada pelas populações extrativistas do Bico do Papagaio. O contrário pode ser dito, uma vez que um Estado verdadeiramente direcionado a conduzir seus representados a melhorias, exige que esta autonomia seja respeitada também nos momentos de decisão. Conhecendo detalhadamente, a partir de uma prática cotidiana, todas as características do ecossistema dos babaçuais, as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio podem contribuir significativamente para a manutenção deste ecossistema, sem comprometer a sobrevivência de todos os grupos locais a partir do aproveitamento dos cocais. Para isso, parece ser necessário recodificar alguns conceitos já amplamente aceitos e também aceitar a condição ativa daquelas mulheres no processo de construção do ecossistema da região.

---

<sup>37</sup> Segundo dados da ASMUBIP, cerca de 3 mil pessoas vivem do babaçu no Tocantins, sendo que 90% são mulheres. Já o MIQCB sustenta que este número no Maranhão chega a 300 mil pessoas.

<sup>38</sup> Fala-se em ecossistemas pré-amazônicos para designar os estados que estão na área de transição da Floresta Amazônica para outros tipos de vegetação, o Cerrado no caso do Tocantins.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de organização das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio passam pela recodificação de conceitos alijados pelo pensamento desenvolvimentista, bem como pela conseqüente reconstrução de uma identidade e de uma categoria aceitas pela maioria. Se a teoria do desenvolvimento pretere o extrativismo, os trabalhos feminino e familiar, a população negra e pobre, foi exatamente se afirmando mulheres, negras, pobres e extrativistas que as Quebradeiras de Coco realizaram uma inversão destes valores e se tornaram referência cultural, social e, se organizadas, até econômica naquela região, ou mesmo fora dela.

Ao iniciar o movimento organizacional, ainda na década de 1980, Quebradeiras de Coco da região do Bico do Papagaio foram alvo de reprimenda dos maridos que afirmavam ser esta uma escusa para que as mulheres se encontrassem longe de seus companheiros e pudessem fazer o que eles não aprovavam. Foram muitos os depoimentos de que os maridos eram contra suas esposas participarem da organização e, segundo Raimunda Gomes da Silva, houve “companheiras” que, de fato, deixaram de fazer parte do grupo. Uma das vozes masculinas que esteve ao lado das mulheres organizadas do Bico do Papagaio e que merece destaque foi a de Josimo Moraes Tavares<sup>39</sup>. De acordo com Raimunda Gomes da Silva, que conviveu com o Padre, não foram poucas as vezes em que ele afirmou publicamente que as mulheres precisavam se unir para conquistar mais “dignidade”. O apelo de uma voz tão respeitada unido à vontade até então latente de muitas daquelas mulheres ganhou dimensão e transformou a ASMUBIP em um dos movimentos mais fortes da região.

A necessidade de reforçar o discurso para obter adesões fez das líderes da ASMUBIP, estrategistas políticas com uma visão que extrapola as quintas e as pequenas cidades do Bico do Papagaio. O cotidiano das lideranças é marcado por viagens, reuniões, audiências e contatos, mas ao retornarem para suas casas, novamente deparam-se com os babaçuais à espera de ação para manterem-se vivos. Ação aqui compreendida, conforme Hannah Arendt (1999, p. 31), como “prerrogativa exclusiva do homem, nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros”. Esta compreensão reforça também a idéia do movimento das Quebradeiras de Coco que, ainda que não articuladas em uma entidade como a ASMUBIP, somente se deslocam para os babaçuais

---

<sup>39</sup> Sacerdote na linha da Teologia da Libertação assassinado em Imperatriz, no Maranhão, em 10 de maio de 1986, aos 33 anos, na escada do escritório da Comissão Pastoral da Terra, a qual coordenava na Diocese de Tocantinópolis.

em grupo. Ao encontrar uma palmeira com o chamado “coco bom”, aquele em que as amêndoas soltam com facilidade e os frutos estão no ponto de serem quebrados, sentam-se em círculo “no meio do mato” e, entre muitas conversas e cantorias, realizam a ação da quebra do coco. Esta ação envolve não somente a quebra do coco, mas todo um processo de socialização e de compromisso das mulheres do Bico do Papagaio com os babaçuais, que acabou por gerar uma relação interespecífica, ou seja, Quebradeiras de Coco e babaçuais são compreendidos como interdependentes em uma relação eficaz para os dois lados. A este compromisso interespecífico soma-se o compromisso entre gerações, sendo que as Quebradeiras de Coco posicionam-se contra a derrubada das palmeiras porque compreendem que somente a palmeira “em pé” pode garantir o sustento das gerações futuras que porventura venham a sobreviver do extrativismo do babaçu.

Desde a Quebradeira de Coco mais engajada, a exemplo da coordenadora geral da ASMUBIP, Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, que recusou-se terminantemente a vender, em 2003, uma área urbana de propriedade de sua família para uma fábrica de palmito que se instalava em São Miguel do Tocantins sob o argumento de que a retirada de um único palmito requer o corte definitivo da palmeira jovem e isso compromete o futuro do babaçu, totalmente nativo na região, até a Quebradeira de Coco que não tem nenhum envolvimento com entidades sindicais ou associativistas, como a moradora de São Miguel do Tocantins Josefa, conhecida como Zefinha, que foi Quebradeira de Coco entre os anos de 1965 e 1978, lamentam que não existam mais terras devolutas para a quebra do coco e falam do medo que as mulheres têm de adentrar terras particulares para a prática do extrativismo. Ambas sustentam a necessidade de se preservar o ecossistema local e garantir o acesso aos babaçuais como forma de manter a organização das mulheres Quebradeiras de Coco e a existência do ecossistema.

A percepção que as mulheres Quebradeiras de Coco têm da relação entre o extrativismo e os babaçuais originou-se de uma *praxis*<sup>40</sup> e tem resultado na afirmação da ASMUBIP como movimento popular socioambiental conduzido por mulheres do Bico do Papagaio. São indivíduos que agem “praticamente” e que buscam responder a interesses específicos. Como define Karel Kosik:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. (KOSIK, 2002, p. 13).

---

<sup>40</sup> Compreendo que não existe uma oposição entre teoria e *praxis*, mas sim uma possibilidade de elaboração de uma teoria a partir de um agir humano. Assim, a formação de lideranças somente pode acontecer a partir do cotidiano e não pela imposição de um partido político ou de um conceito.

Neste ínterim, vale ressaltar que a ASMUBIP, e todas as outras instituições observadas durante o trabalho de campo na região do Bico do Papagaio, são muito “mais resultantes do que fundamentos”, como defende Veiga (2005, p. 49), “das relações concretas que a espécie humana vem sendo capaz de estabelecer com o grande leque de ambientes naturais que ela foi povoando e artificializando ao longo de cinquenta milênios”. E como resultante da relação concreta das mulheres Quebradeiras de Coco com os babaçuais, a ASMUBIP reflete bem as dificuldades vividas durante o que seria a safra, período de abundância de coco para quebrar, e a entressafra, momento em que o coco fica escasso, seja por condições naturais ou por dificuldades de acesso às áreas que concentram as palmeiras.

Esta ação concreta desencadeia reflexões que podem redundar em mudanças consideráveis na relação que mantemos com o ambiente. Políticas públicas homogêneas não podem dar conta das reivindicações dos grupos locais, devido às diversidades características destes grupos. Os anseios universais dos movimentos populares são desaguados em uma única e ideal mesa de negociações organizada em um grande “encontro”, mas questões específicas são discutidas no campo próprio de cada grupo. Ou seja, a negociação no âmbito geral é feita não por partes, mas sim baseada em princípios também gerais que orientam as políticas públicas. De acordo com Almeida (1994, p. 527), “o caráter universal, que rompe com o localismo, é, pois, imposto pela própria dinâmica das mobilizações que se estruturam a partir de lutas específicas e realidades localizadas”.

O que Sachs chama de “três pilares do desenvolvimento sustentável” que seria o atendimento simultâneo dos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica pode ser considerado mais uma faceta do que chamei anteriormente de “metadiscurso” uma vez que não há nestas colocações uma discussão aprofundada sobre o que é de fato viável economicamente, prudente ecologicamente ou relevante socialmente, sendo que este conceito normativo básico emergiu da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. Compreendo que a comunidade local, através de seu saber local, é capaz de expressar os níveis particulares para se alcançar os critérios da sustentabilidade, isto se considerarmos que tais critérios são verdadeiros e definitivos, como pretendem os defensores do desenvolvimento sustentável. Pelo caráter puramente conceitual do desenvolvimento sustentável, embora eu tenha percebido, durante o trabalho de campo com as Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, que a forma como lidam com os recursos naturais seja prudente, o

trabalho realizado por elas apresente inegável relevância social local e a viabilidade econômica dos projetos e da atividade extrativa seja inquestionável, não consegui vislumbrar na região o que vem sendo chamado de desenvolvimento sustentável. É possível que a teorização das estratégias de organização das Quebradeiras de Coco dê conta da diversidade de pontos a serem considerados antes de se precipitar a uma conceitualização enrijecedora da ação e universalista, como é o caso da noção de desenvolvimento sustentável.

O contrário desta autonomia local é o que se verifica nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável desde o seu cerne. De acordo com o Relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991, p. 10) “em última análise, o desenvolvimento sustentável depende do empenho político”. O texto agencia uma possível ação internacional includente que teria o poder de realizar este empenho político. É como se forças externas pudessem assegurar a promoção da participação efetiva dos povos nas tomadas de decisões que têm repercussões localizadas e que promoveriam, teoricamente, o desenvolvimento sustentável. Ou seja, a equidade social seria pensada e aplicada por um grupo de iluminados que deteriam as chaves para a solução de problemas que lhes são exteriores.

Não entrando diretamente na discussão sobre a ineficiência do uso de indicadores para se chegar aos países mais ou menos desenvolvidos, concordo com Veiga (2005, p. 41) quando este afirma que “a qualidade de vida pode ser muito melhorada, a despeito dos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais”. Há que se acrescentar que, se esta compreensão tende a desvincular as noções de desenvolvimento e crescimento econômico, um exercício necessário, é fundamental ter a noção de que as formas de organização local são peças essenciais para a construção desta suposta “melhoria na qualidade de vida”. Para elucidar este raciocínio, vale citar Sen (1999) para quem o papel da renda e da riqueza é importante, mas deve ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação. Assim, a pobreza deve ser vista como uma privação de necessidades básicas e não apenas como baixa renda.

Outra observação que não pode ser ignorada é a prisão a uma noção não-questionadora de tecnologia e crescimento econômico, como instrumentos que devem ser geridos para a promoção do desenvolvimento sustentável. Quando diz que “tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico” (CMMAD, 1991, p. 9) o relatório determina este crescimento

econômico como meta sem discutir questões básicas como crescimento de onde para onde? e, principalmente, de que forma aconteceria esta gestão e aprimoramento?. Vale ressaltar que as respostas a estas questões vão depender de como os povos interpretam e agem, estrategicamente, sobre suas realidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Economia do Babaçu**: levantamento preliminar de dados. 2. ed. São Luís: MIQCB/Balaios Typografia, 2001. 294 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de Coco Babaçu**: identidade e mobilização. São Luís: Estação Publicidade & Marketing Ltda, 1995. 183 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In. D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 521-537.

ALONSO, Angela e COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. **Revista Ecologia Política, Natureza, Sociedad y Utopia**. 2002. p. 115-135.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. 352 p.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1949. 310 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 236 p.

CASB, Clube Agrícola Sete Barracas. **O Chamado do Babaçu**: produtos para conservar os palmeirais. Programa de Apoio ao Agroextrativismo – COEX/SSCA/MMA – Projeto BRA 99/025, 2003. 19 p.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Pe. Josimo**: a velha violência da nova República. 1986. 96 p.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**; uma introdução à antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 246 p.

ESCOBAR, Arturo. Sustainable Development: The Death of Nature and the Rise of Environment. In. **Encountering Development**: The making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995. p. 192-211.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 408 p.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias do desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, jul./dez. 2001, nº 9, p. 115-148. ISSN 1414-753X.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 322 p.

GOMES, Horieste; NETO, Antônio Teixeira. **Geografia Goiás-Tocantins**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico/UFG, 1993. 228 p.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio ambiente. **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. 2. ed. Palmas: Seplan, 2002. 50 p.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 250 p.

LE BRETON, Binka. **Todos Sabiam**: a morte anunciada do Padre Josimo. Tradução de Maysa Monte de Assis. São Paulo: Loyola, 2000. 196 p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento Local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Revista Tellus**, ano 2, nº 3, outubro de 2002.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128 p.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 76 p.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. **A Resiliência em Discussão**. Psicologia em Estudo, jan./abr. 2004, vol. 9, nº 1, p. 67-75. ISSN 1413-7372.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado**: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia* 34. 1992. p. 59-101.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizar**: pensando o ambiente humano. Belo Horizonte: Roma, 2000. 398 p.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 104 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SADER, Maria Regina da Cunha Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. São Paulo: Revista Imaginário/USP, 1986. Disponível em: <[http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061\\_a0090/a0062.shtml](http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061_a0090/a0062.shtml)> Acesso em: 23 mai. 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987. 297 p.

SCHEURMANN, Erich. **O Papalagui**: comentários de Tuiávii, chefe da tribo Tiavéa, nos mares do sul. Tradução de Samuel Penna Aarão Reis. São Paulo: Marco Zero, s/d. 105 p.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 410 p.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico** 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. p. 11-44.

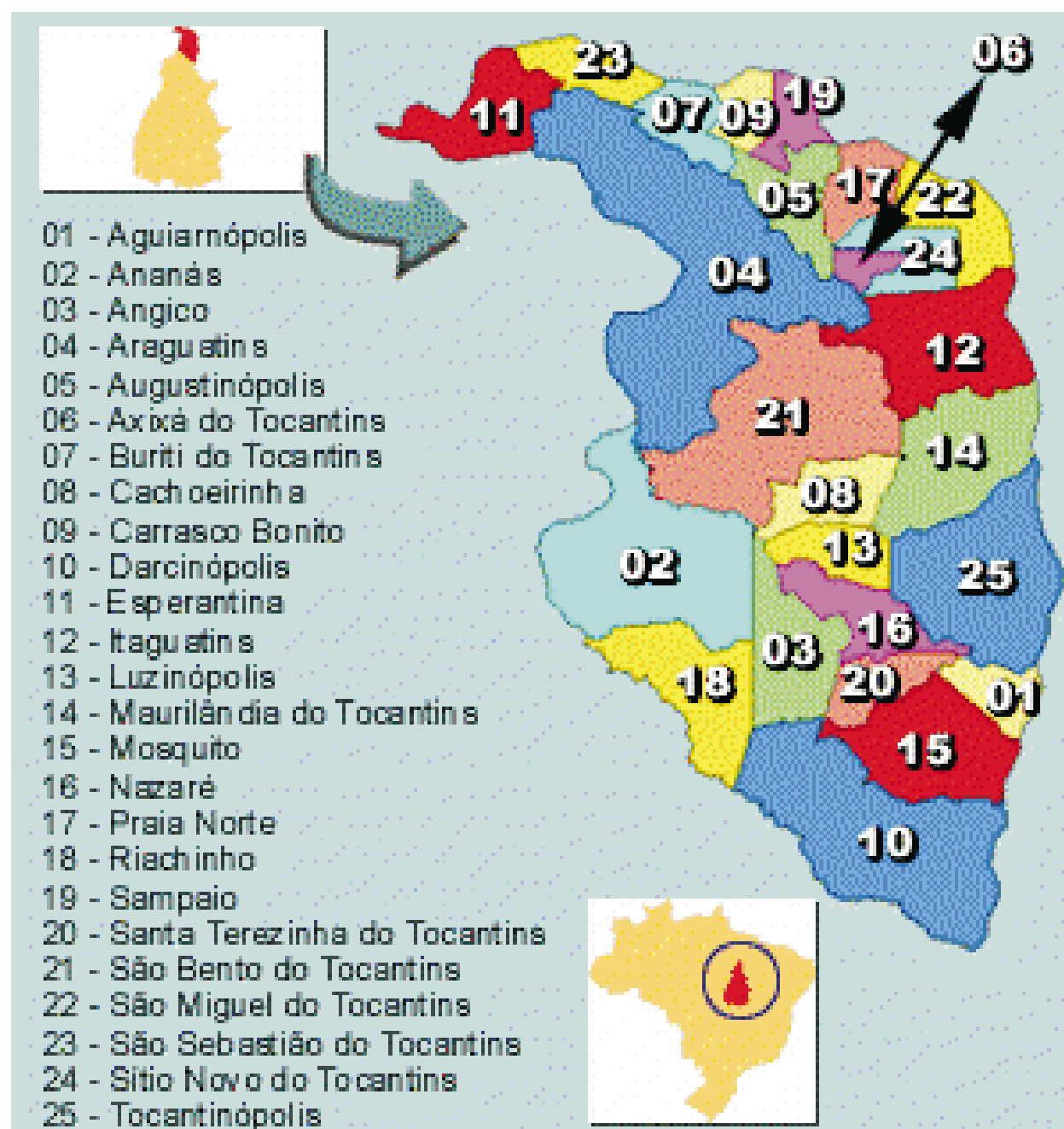
TEIXEIRA, M. A. Estimativa do potencial energético na indústria do óleo de babaçu no Brasil. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 3., 2000, Campinas. **Anais**. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC00000002200000200045&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000002200000200045&lng=en&nrm=abn)> Acesso em: 22 Mai. 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226 p.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento. In. VIOLA, Eduardo J. *et. al.* **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**: desafios para as Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo e Florianópolis: Cortez e UFSC, 2001. p. 45-98.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio**. *Mana*, 1996, 2:115-144.

## ANEXO A – Mapa com detalhe do extremo norte do estado do Tocantins e da região do Bico do Papagaio



ANEXO B - Calendário da produção agrícola e extrativista do extremo norte do Tocantins – Bico do Papagaio (ALMEIDA, 2001, p. 292).

| Atividade                 | Janeiro   | Fevereiro  | Março   | Abril   | Maio  | Junho   | Julho  | Agosto  | Setembro  | Outubro  | Novembro  | Dezembro   |
|---------------------------|---|--|---|---|---|---|--|---|---|--|---|--|
| Roça                      | Capina<br>Faz farinha<br>Planta<br>arroz  | Capina<br>Faz farinha<br>Roça pasto  | Colheita do<br>arroz e<br>feijão<br>Faz farinha   | Colheita de<br>arroz e<br>feijão  | Colheita<br>final de<br>arroz<br>Faz farinha  | Colheita do<br>feijão<br>Broca  | Colhe milho<br>Derrubada e<br>limpeza da<br>mandioca<br>Broca<br>Faz farinha   | Colhe fava<br>Queima e<br>encoivara<br>Derruba<br>Faz farinha   | Farinhada<br>Queimada<br>Encoivarar<br>Roçar pasto<br>Plantar   | Planta<br>mandioca e<br>feijão   | Planta<br>mandioca,<br>milho,<br>arroz e<br>feijão                        | Planta<br>mandioca,<br>arroz e feijão<br>1ª limpeza<br>Faz farinha   |
| Divisão<br>do<br>Trabalho | Capina<br>(homem,<br>mulher e<br>filhos)<br>Faz farinha<br>(mulher e<br>filhos)<br>Planta<br>arroz<br>(homem) | Capina<br>(homem,<br>mulher e<br>filhos)<br>Faz farinha<br>(mulher)<br>Roça pasto<br>(homem) | Colheita<br>(homem,<br>mulher e<br>filhos)<br>Faz farinha<br>(mais os<br>jovens)          | Colheita do<br>arroz e<br>feijão<br>(homem e<br>mulher)<br>Colheita do<br>arroz<br>(jovens e<br>crianças) | Colheita<br>(homem,<br>mulher e<br>crianças)<br>Faz farinha<br>(homem)  | Colheita<br>(mulher e<br>crianças)<br>Broca<br>(homem e<br>os jovens)   | Colheita do<br>milho<br>(mulher)<br>Derruba e<br>limpeza da<br>mandioca<br>(homem)<br>Broca e<br>Faz farinha<br>(jovens) | Colheita e<br>Farinhada<br>(mulher)<br>Queimar e<br>Encoivarar<br>(homem)<br>Derruba e<br>Faz farinha<br>(jovens)<br>Crianças<br>levam<br>comida roça | Farinhada<br>(mulher)<br>Queimada,<br>encoivarar<br>geral, roço<br>de pasto<br>(homem)<br>Jovens<br>ajudam a<br>plantar e<br>encoivarar | Homem,<br>mulher,<br>filhos,<br>jovens e<br>crianças                                       | Homem,<br>mulher,<br>filhos,<br>jovens e<br>crianças                      | Planta<br>mandioca,<br>arroz e feijão<br>mulher)<br>1ª limpeza<br>(homem e<br>filhos)<br>Faz farinha<br>(filhos) |
| Babaçu                    | Junta coco<br>Pouca<br>quebra<br>Mais<br>carvão e<br>óleo   | Faz carvão,<br>óleo<br>Não tem<br>babaçu   | Começa a<br>cair coco<br>Faz carvão<br>Óleo   | Quebra<br>coco<br>Faz carvão<br>Óleo  | Quebra<br>intensiva<br>Carvão<br>Óleo e<br>coleta   | Quebra<br>intensiva<br>Carvão<br>Óleo e<br>coleta<br>Férias   | Quebra<br>intensiva<br>Carvão, óleo<br>e coleta.<br>Férias   | Quebra<br>intensiva<br>Carvão,<br>óleo e<br>coleta  | Quebra<br>intensiva<br>Carvão e<br>óleo   | Quebra<br>intensiva<br>Carvão,<br>óleo e<br>coleta   | Quebra<br>intensiva<br>Carvão,<br>óleo e<br>coleta                        | Já começa<br>a diminuir<br>a quebra<br>Carvão e<br>Óleo  |
| Divisão<br>do<br>Trabalho | Junta coco<br>(homem)<br>Quebra e<br>óleo<br>(mulher)<br>Faz carvão<br>(homem,<br>mulher e<br>filhos)         | Faz carvão<br>(homem,<br>mulher e<br>filhos)<br>Faz óleo<br>(mulher)<br>Filhos<br>estudam    | Faz carvão<br>(homem,<br>mulher e<br>filhos)<br>Faz óleo<br>(mulher)<br>Filhos<br>estudam | Quebra<br>coco, faz<br>óleo e<br>carvão<br>(mulher)<br>Faz coleta,<br>carvão e<br>estuda<br>(filhos)      | Quebra<br>intensiva,<br>carvão e óleo<br>(mulher)<br>Faz coleta e<br>carvão<br>(filhos)<br>Homem<br>ajuda na<br>coleta uma<br>vez por<br>semana | Quebra<br>intensiva,<br>carvão e óleo<br>(mulher)<br>Faz coleta e<br>carvão<br>(filhos)<br>Homem<br>ajuda na<br>coleta uma<br>vez por<br>semana | Quebra<br>intensiva,<br>carvão e óleo<br>(mulher)<br>Faz coleta,<br>quebra,<br>carvão e<br>estuda<br>(filhos)            | Quebra<br>intensiva,<br>carvão e<br>óleo<br>(mulher)<br>Faz coleta,<br>quebra,<br>carvão e<br>estuda<br>(filhos)                                      | Quebra<br>intensiva,<br>carvão e<br>óleo<br>(mulher)<br>Faz coleta,<br>quebra,<br>carvão e<br>estuda<br>(filhos)                        | Quebra<br>intensiva,<br>carvão e<br>óleo<br>(mulher)<br>Coleta e<br>faz carvão<br>(filhos) | Quebra<br>intensiva,<br>carvão e<br>óleo<br>(mulher)<br>Filhos<br>estudam | Carvão e<br>óleo<br>(mulher)<br>Filhos<br>estudam  |

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D541m Dias, Luciene de Oliveira

Mulheres de fibra: as estratégias das quebradeiras de coco no Tocantins como um marco empírico para o desenvolvimento sustentável. / Luciene de Oliveira Dias. – Palmas : UFT, 2005.

85 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente, 2005.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Martins Barbiero.

Co-orientador: Prof. Dr. Odair Giralдин

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Quebradeiras de coco. 3. Meio ambiente. I. Título.

**CDU 504**

**Bibliotecário Paulo Roberto Moreira de Almeida**  
**CRB-2 / 1118**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)